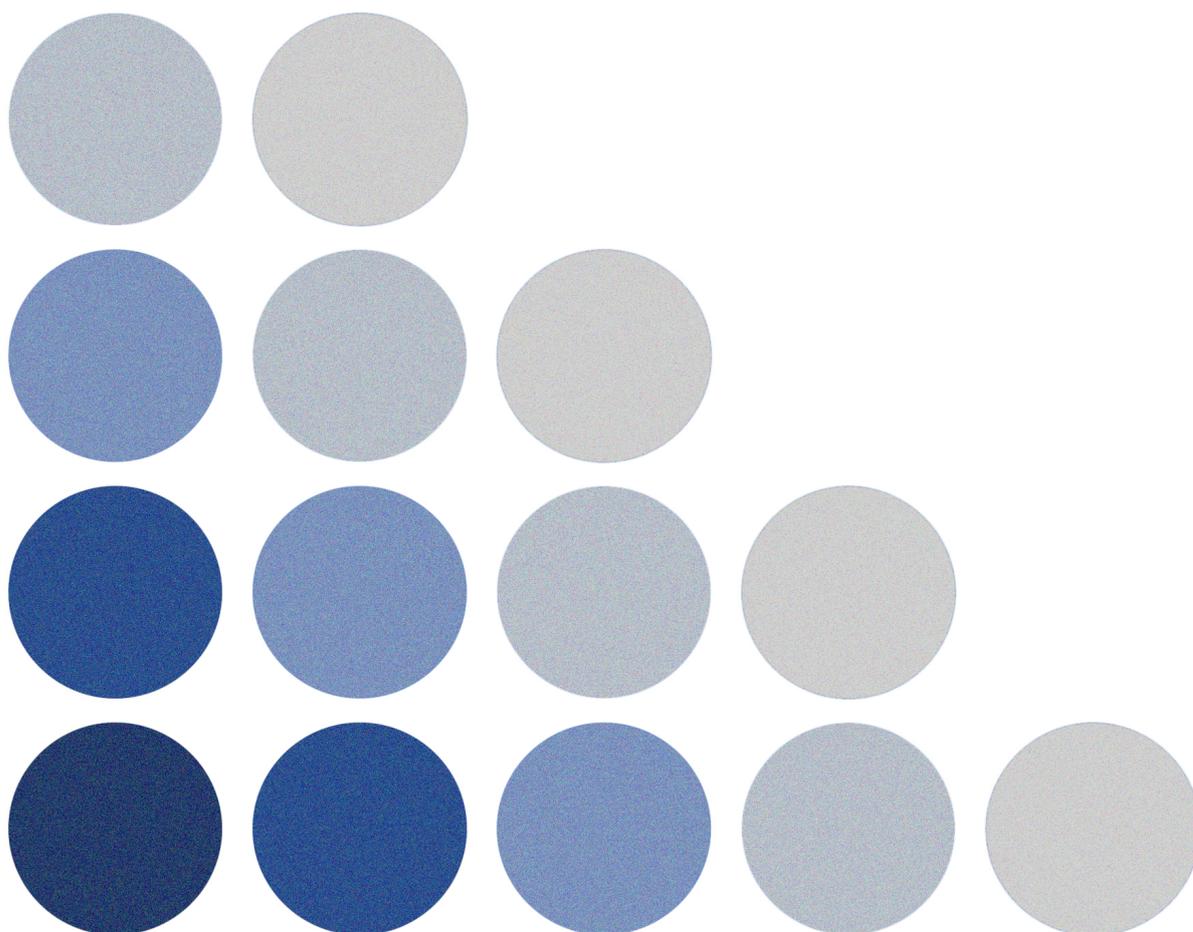


ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL

EXPECTATIVAS E PERSPETIVAS SOBRE JORNALISMO

JOÃO MIRANDA
CARLOS CAMPONEZ



FICHA TÉCNICA

Título

**Estudantes de comunicação social em Portugal -
Expectativas e perspetivas sobre jornalismo**

Autores

João Miranda e Carlos Camponez

Organização parceira

Rede Interuniversitária de Estudos sobre Jornalistas

ISBN: 978-989-99840-9-7

Editor

SOPCOM - Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação

Edição gráfica

Sara Camponez

Citação: Miranda, J., & Camponez, C. (2021). *Estudantes de comunicação social em Portugal - Expectativas e perspetivas sobre jornalismo*. SOPCOM - Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação.

SOPCOM

© 2021

ÍNDICE

PREFÁCIO – Para uma leitura crítica dos resultados	9
INTRODUÇÃO	13
1 - ENQUADRAMENTO	15
1.1 – As transformações do jornalismo	
1.2 – Contextos e problemáticas da formação em jornalismo	
1.3 – O ensino do jornalismo em Portugal	
1.4 – Valores e atitudes dos estudantes de jornalismo e comunicação social	
2 - METODOLOGIA E DESENHO DO ESTUDO	21
3 - CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA – ELEMENTOS SOCIOGRÁFICOS	25
3.1 – Percursos curriculares	
4 - PERCEÇÕES SOBRE O ENSINO DO JORNALISMO	33
4.1 – Visões sobre a relevância da formação superior para o exercício do jornalismo	
5 - HÁBITOS DE CONSUMO DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA	39
5.1 – Modos de aceder à atualidade noticiosa	
6 - PERSPETIVAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O PAPEL DO JORNALISMO E DOS JORNALISTAS	47
6.1 – Identificação de fatores determinantes de um jornalismo livre e crítico	
7 - EXPECTATIVAS SOBRE O FUTURO PROFISSIONAL	57
7.1 – O jornalismo como área profissional de realização	
7.2 – Perspetivas sobre o futuro no jornalismo	
SÍNTESE DE TENDÊNCIAS E RESULTADOS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 1 – Cursos envolvidos no estudo

Tabela 2 – Idade dos inquiridos

Tabela 3 – Cruzamento entre situação profissional do progenitor 1 e situação profissional do progenitor 2

Tabela 4 – Cruzamento entre formação escolar mais elevada do progenitor 1 e formação escolar mais elevada do progenitor 2

Tabela 5 – Cruzamento entre grau de ensino e sistemas de ensino frequentados pelos inquiridos

Tabela 6 – Instituição de ensino superior frequentada pelos inquiridos

Tabela 7 – Nível de concordância dos inquiridos com declarações que descrevem possíveis razões para se terem candidatado ao curso que frequentam atualmente

Tabela 8 – Relevância atribuída pelos inquiridos às unidades curriculares de cursos de jornalismo e comunicação social

Tabela 9 – Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos recorrem aos seguintes meios para acompanhar a atualidade noticiosa

Tabela 10 – Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos recorrem aos seguintes meios de comunicação social ou projetos editoriais para acompanhar a atualidade noticiosa

Tabela 11 – Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos consomem informação jornalística relacionada com as seguintes temáticas

Tabela 12 – Valor despendido, numa semana típica, em informação jornalística (compra de jornal em papel, subscrição paga de um meio de comunicação online, contribuição para um projeto editorial, ...), tendo por referência os gastos efetuados pelos respondentes, pelos seus familiares ou por pessoas próximas

Tabela 13 – Nível de concordância dos inquiridos com afirmações que refletem possíveis papéis dos jornalistas na sociedade

Tabela 14 – Nível de relevância atribuída pelos inquiridos a qualidades que definem um bom jornalista

Tabela 15 – Nível de concordância dos inquiridos com conceções que refletem possíveis obstáculos a um jornalismo livre e crítico

Tabela 16 – Nível de concordância dos inquiridos com conceções que refletem possíveis fatores de promoção de um jornalismo livre e crítico

Tabela 17 – Nível de concordância dos inquiridos com conceções que refletem possíveis papéis do jornalismo na sociedade

Tabela 18 – Grau de probabilidade atribuído pelos inquiridos a possíveis cenários profissionais e laborais

Figura 1 – Zona de residência habitual dos inquiridos (que não o local de residência universitária)

Figura 2 - Área de formação dos inquiridos no Ensino Secundário

Figura 3 - Área de formação da licenciatura dos inquiridos que se encontram no 1º ano de mestrado

Figura 4 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “A formação superior nas áreas do jornalismo e/ou da comunicação social é essencial para a prática do jornalismo.”

Figura 5 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Qualquer que seja a área de formação, possuir um grau de ensino superior é essencial para a prática do jornalismo.”

Figura 6 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Apenas pessoas com licenciatura (ou nível de formação superior) nas áreas de jornalismo ou de comunicação social devem poder exercer a profissão de jornalista (e ter acesso à Carteira Profissional de Jornalista).”

Figura 7 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Apenas pessoas com licenciatura (ou nível de formação superior), qualquer que seja a área de formação, devem poder exercer a profissão de jornalista (e ter acesso à Carteira Profissional de Jornalista).”

Figura 8 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “O número de estudantes nos cursos de jornalismo e comunicação social, em Portugal, é exagerado.”

Figura 9 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Considero fundamental acompanhar a atualidade noticiosa.”

Figura 10 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Procuro acompanhar a atualidade noticiosa.”

Figura 11 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Os/As estudantes das áreas de jornalismo e comunicação social têm uma obrigação particular de acompanhar a atualidade noticiosa.”

Figura 12 – Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos recorrem aos seguintes meios para acompanhar a atualidade noticiosa (pelo menos uma vez por semana ou cinco ou mais vezes por semana (%))

Figura 13 – Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos recorrem aos seguintes meios de comunicação social ou projetos editoriais para acompanhar a atualidade noticiosa (pelo menos uma vez por semana ou cinco ou mais vezes por semana (%))

Figura 14 – Representação percentual da soma das respostas que compreendem algum nível de concordância e das que compreendem algum nível de discordância com afirmações que refletem possíveis papéis dos jornalistas na sociedade (%)

Figura 15 – Representação percentual da soma das respostas que atribuem algum nível de relevância e das que atribuem algum nível de irrelevância a qualidades que definem um bom jornalista (%)

Figura 16 – Representação percentual da soma das respostas que compreendem algum nível de concordância e das que compreendem algum nível de discordância com concepções que refletem possíveis obstáculos a um jornalismo livre e crítico (%)

Figura 17 – Representação percentual da soma das respostas que compreendem algum nível de concordância e das que compreendem algum nível de discordância com concepções que refletem possíveis fatores de promoção de um jornalismo livre e crítico (%)

Figura 18 - Respostas dos inquiridos à questão “Pretende trabalhar na área do jornalismo?”

Figura 19 - Respostas dos inquiridos à questão “Para além do jornalismo, que outras áreas profissionais pondera prosseguir?”

Figura 20 - Respostas dos inquiridos à questão “Desempenhando atividade no jornalismo, em que tipos de meios gostaria de trabalhar?”

PREFÁCIO

Para uma leitura crítica dos resultados

Joaquim Fidalgo

Investigador no Centro de Estudos da Comunicação e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho

É muito interessante constatar que os principais resultados do inquérito a estudantes de Jornalismo, apresentado com detalhe neste estudo, retomam alguns dos mais recorrentes (e mais polémicos) debates em torno desta profissão *sui generis*.

Desde logo, os estudantes dão mostras de identificação com um *ethos* profissional muito marcado pelas ideias de serviço à comunidade e de contributo para a mudança social. As funções mais relevantes que associam ao jornalismo, para além da elementar comunicação de informações públicas, têm a ver com “dar voz aos grupos mais frágeis da sociedade”, “expor o público a novas ideias e novas linhas de pensamento” ou “ser um porta-voz do cidadão comum”. Em consonância com estes objetivos, não admira também que uma grande parte revele fortes níveis motivacionais na escolha destes cursos: não o fizeram por facilidade de estudo, por exclusão de partes ou por expectativa de remunerações elevadas, mas pela presumível qualidade da formação oferecida, pela vontade de um melhor desenvolvimento pessoal e pela “possibilidade de cobrir e/ou denunciar escândalos e abusos”. Afinal, poderá ser algo precipitada ou injusta a ideia de que, num tempo de acentuada mercantilização da informação mediática, as perceções dos (candidatos a) jornalistas relativamente ao seu ofício teriam perdido uma certa aura de romantismo generoso e desinteressado, cedendo a uma perspetiva ‘funcionarizada’, ou até cínica, de meros ‘produtores de conteúdos’ para comprar e vender à melhor oferta.

Isto não significa, todavia, que as perspetivas profissionais de um ofício assim idealizado

não tenham noção das novas realidades sócio-laborais com que se confrontam quantos e quantas decidiram estudar jornalismo. Melhor: quantos e quantas decidiram estudar comunicação, acrescentando ao jornalismo outras áreas específicas deste saber, como assessorias, relações públicas, publicidade ou marketing, tendo por pressuposto a ideia, cada vez mais disseminada, de que poderão experimentar diversas ocupações ao longo da vida. São sintomáticos, a este respeito, os resultados do inquérito, quando mostram que cerca de 54 por cento dos estudantes tem como “objetivo principal” trabalhar em jornalismo ou “gostaria de trabalhar em jornalismo”, mas uns 36 por cento, admitindo embora vir a trabalhar em jornalismo, confessam não encarar esse objetivo como “uma prioridade”.

Este olhar mais aberto para novos caminhos profissionais reflete-se também nas conceções sobre os cursos da área da comunicação. Tem-se intensificado, em anos recentes, o debate sobre o perfil desses cursos em várias universidades e institutos politécnicos: mais “de banda estreita”, em termos de especializações verticais autónomas, ou mais “de banda larga”, fornecendo uma formação que horizontalmente toque diferentes domínios e especialidades da comunicação, de modo a proporcionar qualificações para diversos ofícios e permitir, assim, uma maior flexibilidade na busca ou troca de empregos – que cada vez menos serão empregos “para a vida”, como a realidade nos vai mostrando.

Mas este não é o único debate recorrente sobre o perfil dos cursos de comunicação, e mais especificamente de Jornalismo. Um outro,

mais antigo, tem a ver com o equilíbrio entre as matérias de carácter teórico e as disciplinas de pendor prático, de tal modo que alguns se questionam, por vezes, sobre até que ponto se defende um verdadeiro curso de ensino superior – um que “ensine a pensar” – ou, pelo contrário, uma espécie de curso técnico de formação profissional – um que “ensine a fazer”. A este respeito, os resultados do inquérito que aqui se apresenta são curiosos. Por um lado, a esmagadora maioria dos respondentes sustenta que uma “formação superior nas áreas do jornalismo e/ou da comunicação social é essencial para a prática do jornalismo”; por outro lado, as disciplinas que consideram mais relevantes nessa formação são, de modo muito destacado, disciplinas de “práticas” e de “técnicas” mais variadas. As hesitações do modelo de formação e a dificuldade de ter esta questão resolvida de modo consensual ajudam, de resto, a explicar por que motivo há tantos planos curriculares diferentes e tão diversos conteúdos disciplinares nos cursos da área em Portugal, seja entre os do ensino universitário e os do ensino politécnico, seja mesmo no interior de cada subsistema.

Podemos perguntar-nos, de resto, até que ponto a afirmação da necessidade de uma formação de nível superior no jornalismo tem mais a ver com um mecanismo de legitimação da profissão (assim colocada, simbolicamente, a par das chamadas ‘profissões estabelecidas’, e não como um mero ofício de características técnicas ou artesanais) do que propriamente com a defesa de um curso superior com um razoável arcaboço teórico, como todos têm. O longo e difícil processo de afirmação do jornalismo como uma efetiva profissão – cujo estatuto, aliás, algumas opiniões continuam a contestar, preferindo considerá-la uma ‘semi-profissão’ ou ‘quase-profissão’ – teria de passar, naturalmente, pela reivindicação de um título de ensino superior, para com isso se conseguir um reconhecimento e uma legitimação jurídico-social julgados essenciais na valorização da sua função. Não obstante, continuou sempre a sentir-se, até entre os profissionais do meio, uma grande insistência na necessidade de formação prática, de preferência desenvolvida no seio de redações em atividade. A convicção de que a aprendizagem

do jornalismo deveria fazer-se sobretudo em trabalho prático real, ao lado de outros profissionais – na chamada ‘tarimba’ –, mantém-se muito forte, independentemente do muito que se avançou nas últimas décadas em termos de formação certificada em estabelecimentos de ensino superior. Mas a insistência na componente técnica e prática da aprendizagem continua dominante, como se pode perceber neste inquérito, sem prejuízo de se admitir que trabalhos práticos em contextos simulados (como são os que se desenvolvem numa sala de aula) são bem diversos de atividades práticas em contextos laborais reais, onde o peso da responsabilidade quando efetivamente se publica uma notícia traz exigências e condicionantes que o exercício escolar nunca conseguirá reproduzir totalmente.

Estas contradições e indecisões do processo de profissionalização dos jornalistas, que continuam de algum modo em aberto, afloram nas respostas dos estudantes a este inquérito. O mesmo se diga de uma outra questão: a de saber se o acesso à profissão deve estar ligado apenas a cursos superiores das áreas do jornalismo e da comunicação (como é defendido pela maioria dos inquiridos) ou se, como outros defendem, é vantajosa a entrada no jornalismo de pessoas com formação superior diversificada (Letras, Ciências, Artes...) para com isso trazer também uma maior diversidade de perspetivas e de “background” ao trabalho no domínio da comunicação social. A hipótese de se frequentar um primeiro ciclo de estudos superiores numa qualquer área de saber, e depois acrescentar-se-lhe um segundo ciclo de pendor profissionalizante, especificamente voltado para a comunicação e o jornalismo, tem sido avançada aqui e ali como modelo alternativo ao que é dominante entre nós. Em todo o caso, a quase ‘obrigatoriedade’ de que a última etapa de formação de futuros jornalistas se faça em contexto laboral real, em regime de estágio, parece incontornável, dadas as características particulares do ofício e dada a importância de uma socialização profissional que integre os novos membros na sua comunidade. E esta será, afinal, a maior aprendizagem prática que todos reclamam.

Um outro resultado curioso do inquérito, e bastante sintonizado com as apreciações de

quem reflete sobre estas matérias, tem a ver com os hábitos de consumo de informação jornalística. A maioria esmagadora dos estudantes concorda, sem surpresa, que “é fundamental” acompanhar a atualidade noticiosa, embora os modos concretos como isso é feito seja mais matizado. A importância conferida aos recursos televisivos e online merece ser destacada, pois coincide bastante com o “ar do tempo” que vivemos – um tempo em que o consumo de meios de comunicação impressos tem diminuído em flecha e em que, apesar de todos os avanços tecnológicos no domínio do digital e do ciberjornalismo, a televisão em sinal aberto continua a ter, entre nós, um papel central na informação para o grande público. Por outro lado, o uso muito frequente das chamadas redes sociais – Instagram, Youtube, WhatsApp, Facebook e Twitter, por esta ordem decrescente de importância atribuída – confirma também uma tendência muito difundida sobretudo entre os mais jovens, a que não é alheia a onnipresença do “smartphone” como meio preferencial, e quase obsessivo, de acesso a todas as formas de comunicação, sejam no relacionamento interpessoal e grupal, sejam na procura de informação sobre a atualidade.

Sem surpresas, constata-se ainda que muito poucos respondentes admitem pagar por informação jornalística. Também aqui o “ar do tempo” dita as suas regras, reforçando a ideia de que há um longo caminho a percorrer para recuperar ou reinventar um ‘modelo de negócio’ que assegure a rentabilidade (no limite, a sobrevivência) dos meios de comunicação, cuja importância para a sociedade não nos cansamos de invocar.

O modo como estes estudantes olham para o seu futuro profissional é, mais uma vez, sintomático das dúvidas e questionamentos que envolvem o jornalismo e os *media* neste tempo. Embora muitos deles tenham como propósito primeiro trabalhar em jornalismo, como atrás notávamos, percebe-se que estão recetivos a outras ocupações não jornalísticas no campo da comunicação, seja por desencanto face ao *métier*, seja por necessidade, seja pelo gosto ou vontade de mudar. Refletem, no fundo, as condições concretas em que navega o jornalismo nos nossos dias, com uma menor capacidade de atração porque a oferta

laboral é menos competitiva em termos materiais ou de simples estabilidade de emprego, e porque a sua aura tradicionalmente muito apelativa e motivadora tem vindo consabidamente a esmorecer. Refletem também a progressiva erosão de fronteiras que antes delimitavam de modo rígido os diferentes ofícios da comunicação (jornalismo, publicidade, marketing, assessoria, consultoria) e que, por necessidade ou por simples opção, hoje assistem a um trânsito crescente entre diferentes campos profissionais. Ser jornalista a qualquer preço, e ser jornalista “para a vida”, é uma expectativa que talvez já não se coadune de modo realista com a sociedade contemporânea, com o mercado complexo da comunicação e com uma paisagem mediática em permanente mudança.

INTRODUÇÃO

O presente estudo é um contributo para a caracterização dos estudantes que ingressam nas licenciaturas e mestrados das áreas de jornalismo e comunicação social, em Portugal. Procurou-se identificar algumas características sociográficas dos estudantes, assim como aspetos relacionados com motivações que os levaram a escolher o jornalismo e a comunicação social como áreas de formação superior, as suas expectativas a respeito do seu futuro profissional e os seus hábitos de consumo de informação jornalística. Neste quadro, conferiu-se igualmente particular atenção ao entendimento que os estudantes têm do jornalismo e do papel dos jornalistas na sociedade.

Ao escolher como objeto de estudo os estudantes que frequentam os cursos de jornalismo e comunicação social do ensino superior universitário e politécnico pretende-se conhecer o campo de onde serão recrutados, maioritariamente, os novos profissionais que integrarão as redações dos *media*, em Portugal, como indicam estudos mais recentes realizados sobre a profissão.

Não obstante os contributos de investigações mais específicas, como as de Lopes et al. (2020), Gradim & Morais (2017), de Marinho (2012) ou de Marinho & Pinto (2004), em Portugal, pouca atenção tem sido prestada ao estudo das motivações, expectativas e representações dos estudantes de jornalismo, antes de entrarem na profissão.

A importância dedicada ao estudo desta realidade relaciona-se não apenas com o facto de o ensino superior de jornalismo e comunicação social, em Portugal, constituir uma das principais fontes de recrutamento de novos jornalistas, mas também com a noção de que

a formação pode ser um espaço sensível de definição do perfil de futuros profissionais. De resto, como sugerem vários estudos sobre a realidade do ensino superior em jornalismo e comunicação social, o sistema de formação pode ser um lugar de observação particular das transformações em curso, quer a montante, quer a jusante do campo profissional, não deixando de refletir as próprias tensões intrínsecas ao campo dos *media*.

O estudo realizado visa, pois, contribuir para o conhecimento desta realidade e teve por base um inquérito por questionário aplicado aos estudantes matriculados, durante o ano letivo de 2020-2021, em 38 licenciaturas e mestrados das áreas de jornalismo e comunicação social, registados na Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e na Direção-Geral do Ensino Superior (DGES). O inquérito, de administração direta, foi aplicado entre os dias 22 de outubro e 11 de dezembro de 2020 e contou com a colaboração de docentes e diretores dos cursos envolvidos, aos quais gostaríamos de agradecer, de forma particular, o empenho e disponibilidade na concretização dos objetivos deste estudo.

A apresentação dos resultados começa com um enquadramento geral do estudo, inserindo-o numa leitura global sobre as transformações em curso no jornalismo e as problemáticas acerca da formação dos jornalistas. De seguida, entra-se no campo específico do inquérito, começando por explicitar os objetivos, os aspetos metodológicos e a caracterização da amostra que serve de base aos dados recolhidos.

Os resultados do inquérito foram organizados tendo por base as perceções dos alunos

sobre o ensino superior em jornalismo, os seus hábitos de consumo de informação jornalística, as representações sobre o lugar do jornalismo na sociedade contemporânea e sobre o papel dos jornalistas e, finalmente, as expectativas dos estudantes relativamente ao que será o seu futuro profissional na área. No final, realiza-se uma resenha dos resultados considerados mais marcantes, com o objetivo de evidenciar o que poderão ser as tendências da realidade estudada e as perspetivas de desenvolvimento futuro da pesquisa.

Esta investigação realiza-se na linha dos estudos iniciados pela Rede Interuniversitária de Estudos sobre Jornalistas (RIEJ) e pretende ser um contributo para uma visão, necessariamente caleidoscópica, acerca dos jornalistas em Portugal. Nesse âmbito, convidámos também o Professor Joaquim Fidalgo a realizar um comentário sobre os resultados do estudo, em prefácio.

Finalmente, mas não por fim, queremos agradecer a todos os estudantes que aceitaram participar no inquérito e sem os quais não seria possível garantir o sucesso deste estudo. Para eles e para o jornalismo que eles construirão no futuro, os melhores votos de sucesso, na certeza de que deles depende, em parte, o futuro das democracias.

1 - ENQUADRAMENTO

Numa altura em que tanto se fala nas transformações do jornalismo, na necessidade de reinventar a profissão e de pensar o seu papel e o seu lugar na sociedade, é necessário que as análises e o debate compreendam também os modelos de ensino da atividade e a forma como vêm sendo impactados por essas mesmas ondas de transformação (Josephi, 2019; Mensing & Franklin, 2010). Novos papéis sociais e novas formas de pensar e fazer o jornalismo implicam também pensar o papel do ensino e da formação, aliados à investigação, na capacitação e na criação de massa crítica de profissionais (Goodman, 2017) que estarão entre os principais agentes das transformações em curso. Tendo em conta a natureza do jornalismo enquanto portador de imagens e de representações sobre o mundo à nossa volta, um outro elemento surge inevitavelmente associado a este desafio: o de perceber quem são, de onde vêm, quais as motivações e quais as expectativas daqueles que pretendem ser os futuros jornalistas?

Esta é a grande questão a que o presente estudo procura responder, a partir de um inquérito realizado no ano letivo de 2020-2021 ao universo de estudantes dos cursos de jornalismo e comunicação social a frequentar o 1.º e 2.º ciclos de ensino superior, em Portugal. A investigação sobre os candidatos a jornalistas é parte integrante do conhecimento dos estudos sobre os jornalistas e possibilita perspetivas sobre diferentes dimensões, tais como as representações dos estudantes sobre o jornalismo, a sua perceção sobre as funções sociais da atividade profissional ou as mundividências daqueles que terão o papel de, num futuro próximo, representar de forma “profis-

sional” o mundo que nos rodeia.

Os contributos deste estudo devem, pois, ser entendidos como uma forma de compreender uma realidade socioprofissional que é, por natureza, caleidoscópica. Enquanto produtor de realidade, o sistema mediático (Mathien, 1992) é ele também produto de um processo complexo de mediações sociais que o tornam, simultaneamente, mediador, mediado e mediatizado.

Com efeito, o jornalismo e os jornalistas não podem ser entendidos se não tivermos em conta a complexidade das influências que os atravessam. Nesta nota introdutória, pretende-se pôr em evidência alguns dos aspetos mais diretamente determinantes do contexto do objeto de estudo realizado enquanto processo de compreensão de uma realidade multidimensional, que envolve, a título de exemplo, as transformações contemporâneas do jornalismo induzidas pelas tecnologias da comunicação e da informação; os impactes dessas mudanças na função social de mediação do jornalismo; os problemas económicos e socioprofissionais em que está envolvido; enfim, os contextos e os desafios da própria formação em jornalismo.

1.1 - As transformações do jornalismo

Num ensaio recente sobre os dilemas que confrontam a informação pública na atualidade e o seu jornal em particular, a diretora do *The Guardian* refere que a “esfera pública mudou mais radicalmente nas últimas duas décadas do que nos dois séculos precedentes” (Viner, 2017). Nesse processo, como sempre na sua história moderna, o jornalismo esteve simultaneamente no lugar de produtor e de produto dessas transformações, em particular quando elas têm por base o setor – que lhe é especialmente sensível – das tecnologias de informação e de comunicação. Com efeito, as transformações tecnológicas, económicas, sociais e culturais das últimas duas décadas repercutiram-se nos modos de produção da informação e na forma como consumimos e nos relacionamos com as notícias (Splendore & Bambrilla, 2021; Deuze & Witschge, 2020; Harcup, 2020; Meijer & Kormelink, 2020). Tal fenómeno não pode ser dissociado de uma reordenação do ecossistema dos *media*, marcada pela emergência de novos canais digitais e pelo advento de fórmulas mais participativas de comunicação (Jenkins et al., 2015).

Por um lado, a proliferação de blogues, *podcasts*, redes sociais, entre outras fórmulas de autoedição, vem diluindo as fronteiras entre produtores e consumidores de conteúdos informativos (Bruns, 2018), desafiando a centralidade dos *media* noticiosos no acesso ao espaço público e o quase-monopólio dos jornalistas na produção e divulgação da informação pública (Engelke, 2019; Wall, 2017). Por outro lado, assiste-se a uma alteração nos modos de consumo de notícias, com novas, mais diversificadas e personalizadas formas de acesso aos conteúdos, de que as redes sociais são um exemplo (Newman, 2021; Masip et al., 2018), colocando os *media* e o jornalismo perante novos desafios.

A sobreprodução de conteúdos e a abundância de canais comunicativos (Siapera, 2018) puseram em evidência os limites dos modelos tradicionais de financiamento que sustentaram o jornalismo durante os últimos dois séculos (Villi & Picard, 2019). Este processo está bem

expresso no interesse dos estudos sobre dinâmicas empreendedoras do jornalismo (Rafter, 2018) e sobre novos modelos de negócio no contexto digital (Salaverría, 2019). No entanto, este entusiasmo ainda não foi capaz de gerar uma resposta aos processos de crescente afinamento da diversidade de projetos jornalísticos – de que são um exemplo claro os tradicionais meios de comunicação local (Pickard, 2020).

Os relatórios anuais do antigo Instituto da Comunicação Social e da Entidade Reguladora para a Comunicação Social – organismos responsáveis pelo registo dos *media* em Portugal – corroboraram esta tendência de erosão da diversidade de projetos editoriais. Não obstante o surgimento pontual de soluções alternativas, de forma global, a reação das organizações de *media* tem seguido estratégias de desinvestimento e de moderação de custos, na contração das redações e no enfraquecimento das condições laborais dos jornalistas (Gollmitzer, 2019). Em Portugal, os dados da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ) indiciam uma diminuição do número de profissionais registados, com início em meados da década de 2000 (Miranda, 2019; Rebelo et al., 2011). Já os inquéritos aos jornalistas portugueses (Camponez et al., 2020; Miranda, 2019; Crespo et al., 2017) apontam para uma precarização dos vínculos laborais e para um enfraquecimento dos índices remuneratórios.

Finalmente, estes aspetos preocupantes adensam-se quando confrontados com um contexto marcado pela emergência de novas e extensivas derivas da comunicação pública: a violação da vida privada, o “pensamento de abelha” (Keane, 2013, pp. 122-123), as câmaras de eco, as bolhas de informação, a fragmentação dos públicos e diferentes fenómenos associados à desinformação, à intoxicação do debate público ou a uma disputa sobre o que constituem verdades socialmente partilhadas (Waisbord, 2018; Wardle & Deraskhan, 2017).

Todo este ambiente tende a enfraquecer o papel do jornalismo nas sociedades democráticas (Reese, 2020; Pickard, 2020), nomeadamente no que se refere às tradicionais funções de vigilância dos poderes públicos ou à promoção do debate entre diferentes perspetivas (McNair, 2018; Schudson, 2008). Po-

der-se-á também contra-argumentar que estes dilemas colocados à sociedade e ao exercício dos processos democráticos enfatizam ainda mais a necessidade da intervenção de um jornalismo responsável e de qualidade (Harcup, 2020). Para melhor perceber as condições deste contexto de maior exigência é imperativo ter um retrato mais preciso e atualizado das condições e conjunturas que circunscrevem o exercício da profissão jornalística. Sobretudo nas últimas duas décadas, em Portugal, estes elementos vêm sendo objeto de diferentes linhas de investigação (por exemplo: Camponez et al., 2020; Miranda, 2019; Crespo et al., 2017; Rebelo et al., 2011; Garcia, 2009). Em particular, o estudo coordenado por Rebelo (2014) e a investigação de Meireles Graça (2007) possibilitam uma caracterização mais aprofundada da realidade específica dos jovens jornalistas.

1.2 - Contextos e problemáticas da formação em jornalismo

Todo este panorama sublinha igualmente a relevância de melhor se conhecer as circunstâncias em que se desenvolve a formação dos jornalistas. Entre as razões que, na literatura, fundamentam a importância do aprofundamento desta caracterização, três motivos poderão ser sublinhados:

1. Sem prejuízo da intervenção de outros fatores nesse processo – como a origem socioeconómica (Bjørnsen et al., 2007) –, a experiência formativa poderá desempenhar um papel relevante na definição ou, pelo menos, consolidação das conceções e valores profissionais dos futuros jornalistas (Hanusch et al., 2015; Mensing, 2010);

2. Num ambiente comunicacional progressivamente complexo e sobrelotado, o ensino do jornalismo poderá não apenas fornecer as bases para a afirmação dos jornalistas relativamente a outros agentes de produção e disseminação de informação, como também colaborar na definição das fronteiras entre o jornalismo e outros domínios de comunicação pública (Joseph, 2019; Goodman, 2017);

3. O ensino superior do jornalismo permanece como um dos modos privilegiados que a sociedade tem de intervir na promoção e progresso da qualidade e da responsabilidade da informação pública (Curran, 2006).

Uma observação semelhante à de James Curran é apontada pelo antigo diretor-geral adjunto para a Comunicação e Informação da UNESCO, quando refere que “o jornalismo e os programas educacionais que permitem aos indivíduos praticar e atualizar suas competências jornalísticas são ferramentas essenciais na sustentação dos princípios democráticos fundamentais para o desenvolvimento de cada país” (Khan, 2007, p. 5).

Historicamente, a implementação e proliferação de escolas de jornalismo, bem como a crescente centralidade do ensino universitário na formação de futuros jornalistas, não podem ser desligadas da definição de um domínio profissional específico, da constituição de um corpo estabilizado de profissionais ou da consolidação de normas internas (George, 2011; Banning, 1999).

No entanto, como nota, por exemplo, Aznar (2005), mesmo no seio da profissão, a exigência da formação superior em jornalismo como requisito de acesso à atividade nunca reuniu consenso. Em favor desta situação, os jornalistas argumentam que a exigência de uma qualificação específica pode impedir alguém de se manifestar nos e pelos *media*, pondo em causa o direito fundamental à liberdade de expressão (Schnell, 2016). Com efeito, se poucos serão os países onde a obtenção de um grau de ensino superior constitui um requisito legal ou estatutário para o exercício da atividade jornalística, serão praticamente inexistentes os sistemas que restringem o acesso à profissão a quem tenha um diploma nas áreas específicas do jornalismo e da comunicação social. Não obstante, os resultados de projetos como o *Worlds of Journalism Study* (2017) sugerem que, a nível mundial, a maioria dos jornalistas não apenas detém um grau de ensino superior, como também possui formação nas áreas de comunicação social. Deste modo, pode-se sustentar que o défice de regulação do acesso à profissão, por via da obrigatoriedade de uma formação específica, tem sido compensado

pelas exigências de recrutamento dos próprios *media*. Este é o caso que sucede também em Portugal, onde a lei que regula o acesso à profissão – o Estatuto do Jornalista – não circunscreve o exercício da atividade a níveis ou áreas de formação particulares; antes define uma duração mais curta do estágio obrigatório para quem tenha uma licenciatura em comunicação social ou habilitação equivalente. No entanto, de acordo com as estatísticas da CCPJ, dos 5382 detentores de título profissional, 68,7% passaram por instituições de ensino superior. Conquanto os dados do organismo não permitam perceber a área de educação específica dos jornalistas, estudos recentes (Miranda, 2019; Cardoso et al., 2019) indiciam uma predominância da formação em domínios subjacentes às Ciências da Comunicação – um fenómeno particularmente evidente entre os profissionais mais jovens.

As particularidades da formação dos jornalistas não podem também ser dissociadas do contexto tardio e conflituante que caracteriza a emergência da formação superior no jornalismo. Só no final do século XIX, nos Estados Unidos, surgiram as primeiras experiências de ensino superior de jornalismo, evidenciando, desde logo, um conjunto de tensões que se iria reproduzir até aos dias de hoje. Exemplo disso é o conflito entre perspectivas fundadas na instrução prática da atividade e visões que tendem a beneficiar o conhecimento teórico. Nessa discussão poder-se-á também incluir distintas opções programáticas dos cursos, privilegiando quer a dimensão laboratorial da formação, quer a dimensão humanística do saber jornalístico, quer ainda o enquadramento do jornalismo nas ciências sociais (Folkerts, 2014). Como então concluía Frank Morgan (2000, p. 4), “o currículo continua a ser uma das questões mais controversas e problemáticas na preparação e formação dos profissionais de comunicação e *media* em todo o mundo”. Se a dimensão prática da formação dos jornalistas é relativamente consensual, o carácter e a natureza da sua formação intelectual suscita mais divergências. Para Delporte (2016, p. 23), a origem desta controvérsia está no próprio mercado de emprego que, por um lado, continua “com a velha ideia de que o jornalismo não é ensinado, que só se aprende

exercendo-o”, e, por outro lado, espera que o ensino coloque à disposição “jornalistas imediatamente ‘utilizáveis’, mesmo que sejam acusados, a seguir, de não terem ideias”.

Pelo menos desde o trabalho matricial de Philip Gaunt (1992), vários estudos e reflexões têm mapeado os problemas e as opções programáticas dos cursos de jornalismo e comunicação social. Numa perspetiva mais global, são paradigmáticas as contribuições da UNESCO (Banda, 2013; UNESCO, 2007) sobre modelos curriculares para o ensino do jornalismo, onde se argumenta que, entre os fundamentos desta formação, devem constar “competências de compreensão, análise, síntese e avaliação de conteúdos pouco familiares”; “uma compreensão básica do conceito de evidência e dos métodos de pesquisa e apuração jornalística”; “capacidade de redigir com clareza e coerência”; “o conhecimento de instituições nacionais e internacionais dos campos político, económico, cultural, religioso e social”; ou o domínio “de questões da atualidade e noções gerais de história e geografia” (UNESCO, 2007, p. 8).

Num contributo mais recente, Alice Lee (2019) procura sintetizar os atuais currículos lecionados nos cursos de jornalismo em seis categorias. Estes campos envolvem competências de jornalismo (o que inclui a redação noticiosa ou técnicas de reportagem), formação profissional (ética do jornalismo, direito da comunicação ou economia dos *media*), formação geral (história, relações internacionais, entre outras áreas), teorias da comunicação de massas (história dos *media*, literacia da informação e dos *media*, ou *media* e sociedade), cursos especializados que ofereçam um conhecimento mais aprofundado dos assuntos a tratar (por exemplo, jornalismo de ambiente ou jornalismo de saúde); ou disciplinas relacionadas com o sistema e a estrutura dos *media*, capazes de fomentar uma reflexão crítica sobre o ambiente e o contexto dos futuros profissionais.

1.3 - O ensino do jornalismo em Portugal

Não obstante algumas experiências formativas e iniciativas no sentido da criação de cursos universitários durante a vigência do Estado Novo (Correia & Baptista, 2007), só no final da década de 1970 o ensino superior do jornalismo vingou em Portugal (Pinto, 2004; Sousa, 2009). O período que se lhe seguiu ficou marcado pelo que Mário Mesquita (1994, p. 82) caracterizou como um “milagre da multiplicação dos cursos” de jornalismo e comunicação social. De resto, uma leitura dos programas e informações das ofertas registadas pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) ou pela Direção-Geral do Ensino Superior permite, atualmente, encontrar, no contexto português, mais de 40 licenciaturas e mestrados com saídas profissionais nas áreas do jornalismo.

Sem prejuízo deste amplo número de cursos, Patrícia Oliveira Teixeira (2012; 2010) faz notar que a formação universitária específica em jornalismo assume, em Portugal, uma dimensão residual relativamente a cursos de Ciências da Comunicação ou outras ofertas mais abrangentes. Este aspeto resulta, em grande medida, da amálgama entre a formação em jornalismo e o ensino de outras componentes da comunicação ou das ciências sociais e humanas, promovendo uma educação mais abrangente ou holística, em detrimento de uma formação mais centrada nos saberes nucleares do jornalismo. Para Nordenstreng (2017), esta crescente integração da formação jornalística no campo mais abrangente dos estudos dos *media* e da comunicação é um processo global, que decorre também da discussão sobre o papel do jornalismo nas sociedades contemporâneas, um debate alimentado pelas novas possibilidades comunicativas da era digital.

A consolidação da formação superior em comunicação social, em Portugal, está, naturalmente, na origem do interesse do estudo sobre o ensino do jornalismo no país. São exemplo disso os contributos de Fernando Cascais (2008; 2004) sobre a formação profissional ou as reflexões de Manuel Pinto (2004; 1999; ver também Marinho & Pinto, 2009) sobre o

processo de consolidação do ensino superior de jornalismo. Também os estudos de Sousa (2009; 2006), Correia & Baptista (2005) ou Sobreira (2003) oferecem pistas relevantes para uma leitura da evolução histórica do ensino do jornalismo em Portugal. Já as investigações de Pedro Coelho (2016; 2014; 2013) ou de Sandra Marinho (2012; 2008) fazem um levantamento e caracterizam problemas e desafios específicos com que se confronta o ensino do jornalismo em Portugal.

1.4 - Valores e atitudes dos estudantes de jornalismo e comunicação social

Por seu lado, as mudanças em curso no jornalismo têm motivado linhas de investigação mais particulares sobre as expectativas, perspetivas e motivações dos estudantes destas áreas.

A par do contributo emblemático de Splitchal & Sparks (1994), decorrente de um inquérito dirigido a estudantes do primeiro ano de 22 países, outros estudos mais específicos têm subsidiado o alargamento do conhecimento sobre este domínio. A título de exemplo, pode ser referida a investigação de Coleman et al. (2018) sobre as motivações dos alunos norte-americanos para estudar jornalismo e as suas conceções sobre os papéis dos jornalistas, ou o estudo de Milojevic et al. (2016) sobre as perspetivas dos candidatos a jornalistas sérvios relativamente ao seu futuro na profissão. Também neste âmbito, assumem particular interesse a análise de Tandoc Jr. (2014) sobre a influência dos hábitos de consumo de informação jornalística, por parte dos estudantes norte-americanos, no seu entendimento sobre as funções da profissão, assim como as investigações de Hanusch & Mellado (2014) ou de Mellado et al. (2013) sobre as conceções profissionais de alunos de jornalismo de diferentes países. Ainda nesta linha de pesquisas comparativas, poderão ser enunciados os estudos de Hannah & Sanders (2012) e de Sanders et al. (2008) sobre as atitudes e valores profissionais de alunos de jornalismo do Reino Unido e de

Espanha, a investigação de Nygren et al. (2010) sobre a visão dos estudantes russos e suecos relativamente às tendências de transformação da profissão jornalística, ou a análise de Bjørn-sen et al. (2007) sobre a caracterização social e motivações dos alunos nórdicos para estudar jornalismo.

Outras linhas de pesquisa mais específicas incluem, por exemplo, os contributos de Humanes & Campos (2014) sobre a opinião dos discentes relativamente ao ensino do jornalismo em Espanha, de Blaagaard (2013) sobre as perspetivas dos estudantes britânicos relativamente às tensões entre o domínio profissional do jornalismo e a sociedade, de Hopmann et al. (2010) sobre as conceções e motivações políticas dos estudantes dinamarqueses ou de Ball et al. (2006) sobre as conceções dos estudantes britânicos relativamente à ética do jornalismo.

Em Portugal, pouca atenção tem sido dada às perceções e motivações dos estudantes, não obstante os contributos de investigações mais específicas, como as de Lopes et al. (2020), Gradim & Morais (2017), de Marinho (2012) ou de Marinho & Pinto (2004). O presente estudo assume como objetivo central contribuir para o aprofundamento e atualização do conhecimento sobre esta temática.

Com base em 1091 respostas a um inquérito por questionário mais alargado, aplicado a estudantes de 38 licenciaturas e mestrados das áreas de jornalismo e comunicação social, no ano letivo de 2020-2021, esta investigação pretende contribuir para uma caracterização exaustiva da realidade dos candidatos a jornalistas, em Portugal. Neste âmbito, procura-se não apenas identificar características sociográficas fundamentais do corpo discente do ensino superior em jornalismo e comunicação social, como também mapear as suas opiniões sobre o ensino do jornalismo, os seus hábitos de consumo de informação jornalística, as suas perspetivas sobre o papel e o lugar do jornalismo na sociedade, ou as suas expectativas relativamente ao futuro profissional.

2 – METODOLOGIA E DESENHO DO ESTUDO

O desenho do guião do questionário que fundamenta esta investigação teve por base duas fontes fundamentais. A primeira refere-se aos contributos de estudos precedentes – nomeadamente, Splichal & Sparks (1994), Hopmann et al. (2010), Hannah & Sanders (2012), Tandoc Jr. (2014) ou Hanusch et al. (2014). A segunda fonte teve como ponto de partida uma revisão da literatura compreensiva das investigações sobre o ensino do jornalismo, sobre a realidade laboral e profissional dos jornalistas e sobre a dimensão normativa da atividade informativa. Para a estrutura definitiva do guião contribuiu ainda um debate alargado com docentes e investigadores da área.

A versão final do questionário aplicada aos estudantes é constituída por 16 questões e 14 grupos de perguntas, que se segmentam em 174 subquestões. No seu conjunto, o inquérito compreende perguntas semiabertas e diferentes modelos de questões fechadas: escolha única, escolha múltipla e escala de Likert.

Por seu turno, a estrutura do questionário encontra-se repartida entre cinco grandes secções de perguntas:

- dados sociográficos dos inquiridos;
- indicadores referentes à formação dos inquiridos e às suas perspetivas sobre o ensino do jornalismo;
- caracterização dos hábitos de consumo de informação jornalística dos inquiridos; concepções dos inquiridos sobre o papel e o lugar do jornalismo e dos jornalistas na sociedade;
- e expectativas dos inquiridos sobre o seu futuro profissional.

Complementarmente, foi definido um espaço adicional, de resposta aberta, para que

os inquiridos que assim o desejassem pudessem explicar, de forma mais livre, os motivos que subjazem à sua intenção de ingressar na profissão jornalística.

Antes da aplicação do inquérito, o questionário foi objeto de um teste prévio realizado por um conjunto diversificado de estudantes de jornalismo.

Considerando os objetivos da investigação, a definição da população-alvo deste estudo compreende estudantes de licenciaturas e estudantes do primeiro ano de mestrados, cujo plano de estudos ou saídas profissionais envolva uma ênfase na formação de jornalistas. Para a distribuição do inquérito, foram contactados os responsáveis dos cursos identificados na Tabela 1, sendo-lhes solicitada a sua cooperação na distribuição do inquérito junto dos respetivos estudantes, bem como no apelo à sua participação no estudo¹.

¹ A amostra inicial compreendia um conjunto de outros cursos que, devido a não terem funcionado durante o ano letivo correspondente ao período de dinamização do inquérito ou por ausência de resposta dos coordenadores às solicitações, não foram incluídos na amostra final, disposta na Tabela 1.

Tabela 1 – Cursos envolvidos no estudo

Nome do curso	Grau	Instituição	Código CNAEF
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade de Lisboa (ISCSP)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Mestrado	Universidade de Lisboa (ISCSP)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade Católica Portuguesa (FFCS)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Mestrado	Universidade Católica Portuguesa (FCH)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade da Beira Interior (FAL)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (ECHS)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Mestrado	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (ECHS)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade do Algarve (ESEC)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade do Minho (ICS)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Mestrado	Universidade do Minho (ICS)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Mestrado	Universidade do Porto (FLUP)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade Europeia	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade Fernando Pessoa (FCHS)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Mestrado	Universidade Fernando Pessoa (FCHS)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade Lusófona do Porto	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Licenciatura	Universidade Nova de Lisboa (FCSH)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação	Mestrado	Universidade Nova de Lisboa (FCSH)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação e da Cultura	Licenciatura	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ECAATI)	321 Jornalismo e reportagem
Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria, Multimédia	Licenciatura	Universidade do Porto (FLUP)	321 Jornalismo e reportagem
Comunicação e Jornalismo	Licenciatura	Instituto Politécnico de Bragança (ESCATM)	321 Jornalismo e reportagem
Comunicação e Jornalismo	Licenciatura	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ECAATI)	321 Jornalismo e reportagem
Comunicação e Média	Licenciatura	Instituto Politécnico de Leiria (ESEL)	320 Informação e jornalismo
Comunicação Social	Licenciatura	Instituto Politécnico de Coimbra (ESEC)	321 Jornalismo e reportagem
Jornalismo e Comunicação	Licenciatura	Instituto Politécnico de Portalegre (ESECS)	321 Jornalismo e reportagem
Comunicação Social	Licenciatura	Instituto Politécnico de Setúbal (ESE)	321 Jornalismo e reportagem
Comunicação Social	Licenciatura	Instituto Politécnico de Tomar (ESEA)	321 Jornalismo e reportagem
Comunicação Social	Licenciatura	Instituto Politécnico de Viseu (ESEV)	321 Jornalismo e reportagem
Comunicação Social - Novos Media	Mestrado	Instituto Politécnico de Coimbra (ESEC)	213 Audiovisuais e produção dos media
Comunicação Social e Cultural	Licenciatura	Universidade Católica Portuguesa (FCH)	321 Jornalismo e reportagem
Jornalismo	Licenciatura	Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS)	321 Jornalismo e reportagem
Jornalismo	Mestrado	Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS)	321 Jornalismo e reportagem
Jornalismo	Licenciatura	Instituto Superior Miguel Torga	321 Jornalismo e reportagem
Jornalismo	Mestrado	Universidade da Beira Interior (FAL)	321 Jornalismo e reportagem
Jornalismo	Mestrado	Universidade Nova de Lisboa (FCSH)	321 Jornalismo e reportagem
Jornalismo e Comunicação	Licenciatura	Universidade Coimbra (FLUC)	321 Jornalismo e reportagem
Jornalismo e Comunicação	Mestrado	Universidade Coimbra (FLUC)	321 Jornalismo e reportagem
Média e Sociedade	Mestrado	Instituto Politécnico de Portalegre (ESECS)	321 Jornalismo e reportagem

A construção da amostra de cursos identificada na Tabela 1 teve por base os registos da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES). Posteriormente, os dados foram verificados nos espaços online de cada um dos cursos selecionados. Dos 38 cursos envolvidos neste estudo, 25 conferem grau de licenciatura e 13 conferem grau de mestrado; 27 cursos desenvolvem-se em instituições de ensino superior público e 11 cursos pertencem a instituições de ensino superior privado; 26 cursos inscrevem-se no subsistema universitário e 12 no subsistema politécnico. Embora a larga maioria dos cursos (36) esteja registada na área de Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) “321- Jornalismo e reportagem”, um curso encontra-se registado na área “320 -Informação e jornalismo” e outro na área “213 -Audiovisuais e produção dos media”.

O inquérito, de administração direta, foi aplicado entre os dias 22 de outubro e 11 de dezembro de 2020, com recurso à plataforma LimeSurvey, tendo recebido um total de 1554 participações. Do total de entradas, foram consideradas como válidas 1091 respostas. Admitindo a pertinência que estes dados poderão desempenhar na caracterização da realidade dos estudantes de jornalismo, assumiram-se como válidas todas as entradas que compreendam, no mínimo, respostas às três primeiras secções do questionário, perfazendo cerca de 2/3 do total de questões e grupos de questões do guião.

Deste modo, esta trata-se de uma amostra não probabilística, sem sujeição a escolha aleatória dos respondentes e sem margem de erro definida para os resultados. Assim, não obstante a dimensão da amostra, os resultados apresentados não são representativos do universo de estudantes de jornalismo e comunicação social, ainda que possam ser indicativos das grandes tendências e correntes de opinião desta população.

Os dados recolhidos foram posteriormente analisados com o recurso ao programa de análise estatística *SPSS-Statistics* versão 26.0. Considerando a sua dimensão eminentemente expositiva, o presente documento resulta de uma análise descritiva destes resultados.

3 - CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA – ELEMENTOS SOCIOGRÁFICOS

A amostra é composta por 1091 inquiridos. Do total desta amostra, 804 respondentes (73,7%) identificam-se como sendo do sexo feminino, 279 (25,6%) do sexo masculino e 1 (0,1%) de outro sexo. A idade média dos inquiridos é 20,81 anos ($dp=4,674$) e a maioria dos indivíduos que constituem a amostra ($n=933$) tem idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos (ver Tabela 2).

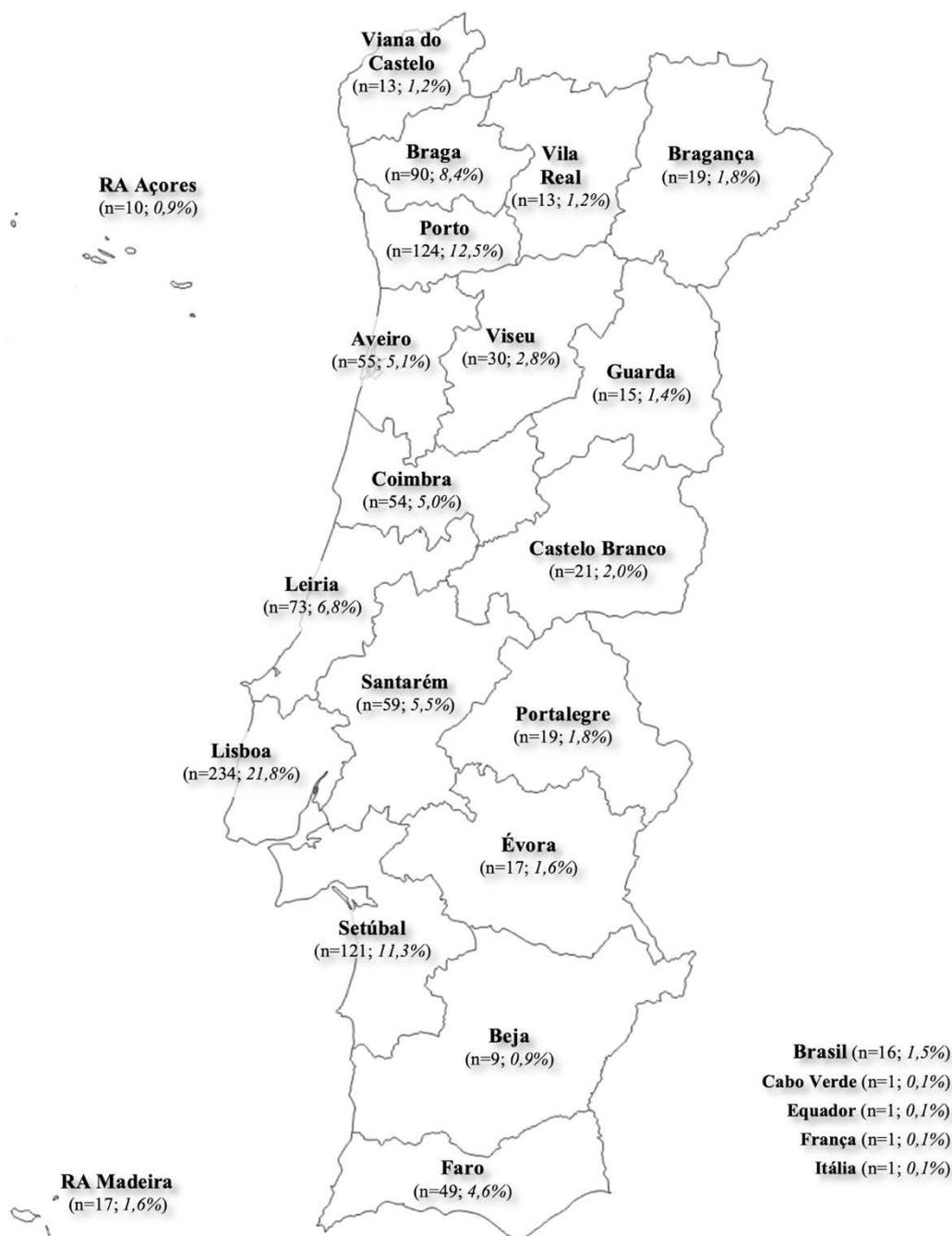
Tabela 2 – Idade dos inquiridos

	n	%
≤ 17	38	3,5
18	193	17,7
19	273	25,1
20	223	20,5
21	144	13,2
22 - 23	100	9,2
24 - 25	45	4,1
26 - 30	36	3,3
31 - 40	17	1,6
41 - 50	15	1,4
≥ 51	5	0,5

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” ($n= 1089$)

Considerando a área de residência habitual dos inquiridos (que não o local de residência universitária), constata-se que a grande maioria dos respondentes é proveniente da zona litoral de Portugal (ver Figura 1), destacando-se os distritos de Lisboa (21,8%) e do Porto (12,5%). Entre as zonas menos assinaladas, relevam-se os distritos de Évora (1,6%) e Beja (0,9%), assim como as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, que surgem representadas com 0,9% e 1,6 % respetivamente. Já entre os respondentes que indicam o estrangeiro como local habitual de residência, é o Brasil que surge como o país de origem com maior número de alunos inquiridos (1,5% da amostra).

Figura 1 – Zona de residência habitual dos inquiridos (que não o local de residência universitária)



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n =1072)

Os estudos sobre a profissão de jornalista têm-se preocupado em identificar as origens sociais dos profissionais da informação. A preocupação com a diversidade social das redações é tanto mais importante quanto o relato dos acontecimentos quotidianos está longe de obedecer a uma ciência exata ou mesmo possuir os instrumentos das ciências sociais. Neste contexto, as narrativas jornalísticas são permeáveis às mundividências dos profissionais que representam discursivamente esses mesmos quotidianos. Por isso, algumas redações valorizam, nas suas políticas de recrutamento, a diversidade social e formativa dos seus jornalistas, como elementos importantes para introduzir olhares diferenciados sobre a forma de perceber e contar o mundo. Naturalmente, este estudo não tem por objetivo o aprofundamento dessa temática. Porém, con-

siderou-se relevante perceber os contextos sociais mais próximos que possam ter influenciado a decisão dos estudantes de jornalismo e comunicação social na escolha dos seus cursos.

Sobre a situação profissional dos progenitores, obtiveram-se 1059 respostas. Considerando a situação profissional de ambos os progenitores, verifica-se que a circunstância mais comum é a de os dois progenitores dos alunos que participaram neste inquérito serem trabalhadores por conta de outrem (37,6%). Seguem-se as situações em que: um dos progenitores trabalha por conta própria e outro por conta de outrem (13,0%); ambos os progenitores trabalham por conta própria (6,7%); quer um quer outro progenitor surge como empregador (5,4%).

Um total de 6,1% dos respondentes tem pelo menos um caso de desemprego entre os progenitores (o duplo desemprego atinge 0,8% dos casos) e, em 3% das respostas obtidas, ambos os progenitores estão em situação de reforma ou de aposentação.

Tabela 3 – Cruzamento entre situação profissional do progenitor 1 e situação profissional do progenitor 2

			Situação profissional do progenitor 2					
			Empregador(a)	Trabalhador(a) por conta própria	Trabalhador(a) por conta de outrem	Em situação de desemprego	Reformado/a ou aposentado/a	Não se aplica
Situação profissional do progenitor 1	Empregador(a)	n	57	17	16	14	4	9
		%	5,4%	1,6%	1,5%	1,3%	0,4%	0,8%
	Trabalhador(a) por conta própria	n	12	71	84	19	8	16
		%	1,1%	6,7%	7,9%	1,8%	0,8%	1,5%
	Trabalhador(a) por conta de outrem	n	7	54	398	65	23	57
		%	0,7%	5,1%	37,6%	6,1%	2,2%	5,4%
	Em situação de desemprego	n	1	3	17	9	2	10
		%	0,1%	0,3%	1,6%	0,8%	0,2%	0,9%
	Reformado/a ou aposentado/a	n	1	3	12	9	32	9
		%	0,1%	0,3%	1,1%	0,8%	3,0%	0,8%
	Não se aplica	n	1	1	5	2	1	10
		%	0,10%	0,10%	0,50%	0,20%	0,10%	0,9%

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n = 1059; as percentagens apresentadas referem-se a percentagens totais)

Considerando as situações profissionais dos progenitores dos inquiridos (independentemente do progenitor), verifica-se que a maioria (57,1%) é trabalhador por conta de outrem, seguindo-se os que são trabalhadores por conta própria (18,0%), os empregadores (9,8%), os que se encontram em situação de desemprego (8,1%) e os reformados ou aposentados (6,9%).

De um total de 1059 respostas obtidas, 54,9% referem que nenhum dos progenitores frequentou o ensino superior. Um total de 222 respondentes (21,1%) referem que apenas um dos progenitores possui um grau de formação superior e 196 (18,6%) indicam que os dois progenitores possuem graus de formação superior.

Tabela 4 – Cruzamento entre formação escolar mais elevada do progenitor 1 e formação escolar mais elevada do progenitor 2

		Formação escolar mais elevada do progenitor 2									
		Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Profissional	Ensino Superior incompleto	Licenciatura ou equivalente	Pós-graduação	Mestrado	Doutoramento	Não se aplica	
Formação escolar mais elevada do progenitor 1	Ensino Básico	n	176	67	8	1	15	0	0	0	7
		%	16,6%	6,3%	0,8%	0,1%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	
	Ensino Secundário	n	101	193	10	10	27	4	5	2	10
		%	9,5%	18,2%	0,9%	0,9%	2,5%	0,4%	0,5%	0,2%	
	Ensino Profissional	n	8	12	7	1	8	0	1	0	1
		%	0,8%	1,1%	0,7%	0,1%	0,8%	0,0%	0,1%	0,0%	
	Ensino Superior incompleto	n	8	8	2	3	12	1	2	0	2
		%	0,8%	0,8%	0,2%	0,3%	1,1%	0,1%	0,2%	0,0%	
	Licenciatura ou equivalente	n	17	53	5	17	98	3	11	5	9
		%	1,6%	5,0%	0,5%	1,6%	9,3%	0,3%	1,0%	0,5%	
	Pós-graduação	n	3	7	0	2	12	7	3	0	2
		%	0,3%	0,7%	0,0%	0,2%	1,1%	0,7%	0,3%	0,0%	
	Mestrado	n	2	15	0	5	18	4	9	9	3
		%	0,2%	1,4%	0,0%	0,5%	1,7%	0,4%	0,8%	0,8%	
	Doutoramento	n	0	0	0	2	6	3	4	4	1
		%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,6%	0,3%	0,4%	0,4%	
	Não se aplica	n	4	2	0	0	0	1	0	1	4
		%	0,4%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n = 1059; as percentagens apresentadas referem-se a percentagens totais)

Já quando questionados sobre a existência de algum familiar com experiência profissional no jornalismo, 72 respondentes (6,6% da amostra) referem que, na sua família, existe alguém com esse tipo de experiência.

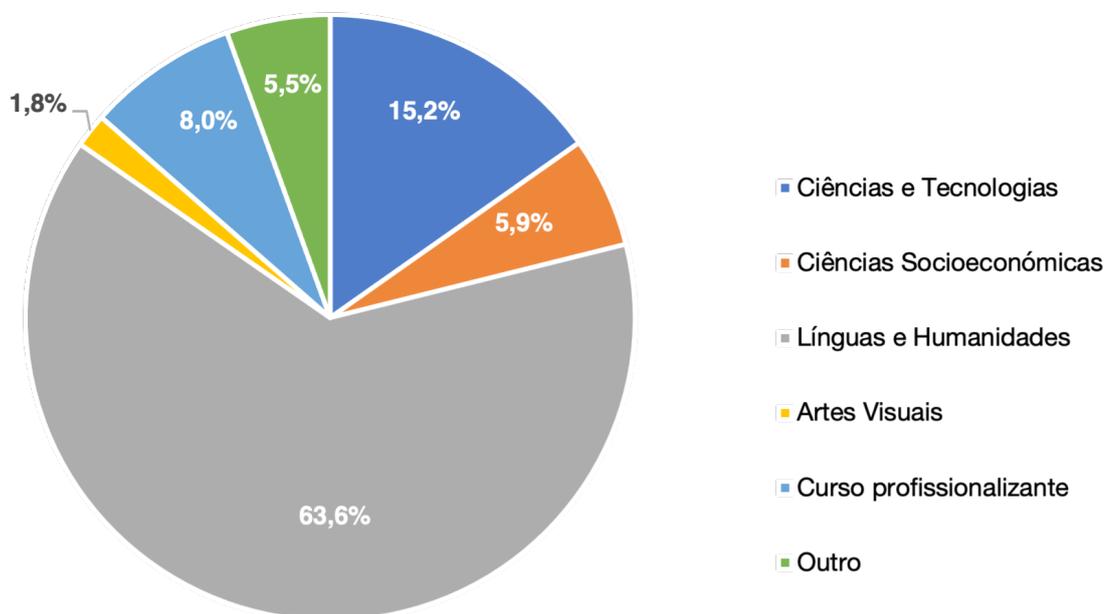
3.1 – Percursos curriculares

No quadro do ensino superior, a formação nas áreas do jornalismo e comunicação social está longe de ser homogénea. Mesmo numa primeira observação, a análise das estruturas dos cursos objeto de estudo revela diferentes planos curriculares e conteúdos disciplinares, para além das diferenças resultantes das particularidades dos sistemas de ensino superior, politécnico e universitário, em Portugal.

Um dos elementos importantes para a análise das motivações das escolhas dos alunos sobre a formação superior em jornalismo e comunicação social poderá relacionar-se também com um conjunto de opções e percursos formativos efetuados antes do ingresso no ensino superior. O estudo permitiu perceber que os estudantes a frequentar os cursos de licenciatura e de mestrado em jornalismo e comunicação social provêm de diferentes percursos formativos pré-uni-

versitários (ensino básico e ensino secundário). Os dados do inquérito revelam que a maioria dos inquiridos (63,6%) vem de formações de ensino secundário no âmbito das Línguas e das Humanidades (ver Figura 2). No entanto, assinala-se também a presença relevante de respondentes (15,2%) que se formou nas áreas das Ciências e Tecnologia, assim como no domínio das Ciências Socioeconómicas (5,9%).

Figura 2 - Área de formação dos inquiridos no Ensino Superior



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 1091)

É também interessante observar a franja de inquiridos oriunda de cursos profissionalizantes: 8,0%. Já a seleção da opção “outro” integra alunos que frequentaram vias de ensino especializadas, não contempladas no conjunto de respostas pré-definidas, e, sobretudo, a frequência de sistemas de ensino secundário estrangeiros.

À diversidade das origens formativas dos alunos, há ainda a acrescentar a própria pluralidade e diversidade de formação nas áreas do jornalismo e comunicação social. A análise, mesmo que superficial, das estruturas curriculares dos cursos revela uma realidade que está longe de ser homogénea, marcada por diferentes ofertas curriculares e, naturalmente, por diferentes sistemas de formação superior, como o caso dos ensinos politécnico e universitário.

Do total de alunos a frequentar cursos de Jornalismo e Comunicação Social no ano letivo de 2020-2021 que responderam ao inquérito, 944 (86,5%) frequentam cursos de licenciatura e 136 (12,5%) estão inscritos em cursos conferentes do grau de mestrado. Entre os estudantes de licenciaturas, 439 respondentes (46,3%) estão no primeiro ano do curso, 279 (29,4%) estão no segundo ano e 230 (24,3%) frequentam o curso há três ou mais anos.

Do universo dos respondentes ao inquérito referente ao ano letivo de 2020-2021, 643 respondentes (58,9%) estão inscritos em cursos do sistema universitário e 437 (40,1%) em cursos do sistema politécnico. O ensino superior público é o que reúne um número maior de estudantes, num total de 795 respondentes (72,9%), enquanto 285 (26,4%) referem estar inscritos em cursos do ensino superior privado.

Na Tabela 5, é possível observar a distribuição entre o grau de ensino e os sistemas de ensino frequentados pelos respondentes no período da realização do inquérito.

Tabela 5 – Cruzamento entre grau de ensino e sistemas de ensino frequentados pelos inquiridos

	Licenciatura		Mestrado	
	n	%	n	%
Ensino universitário	540	50,0	103	9,5
Ensino politécnico	404	37,4	33	3,1
Ensino público	678	62,8	117	10,8
Ensino privado	266	24,6	19	1,8

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” ($n = 1080$; as percentagens apresentadas referem-se a percentagens totais)

Já na Tabela 6 é apresentada uma distribuição dos inquiridos pela respetiva instituição de ensino.

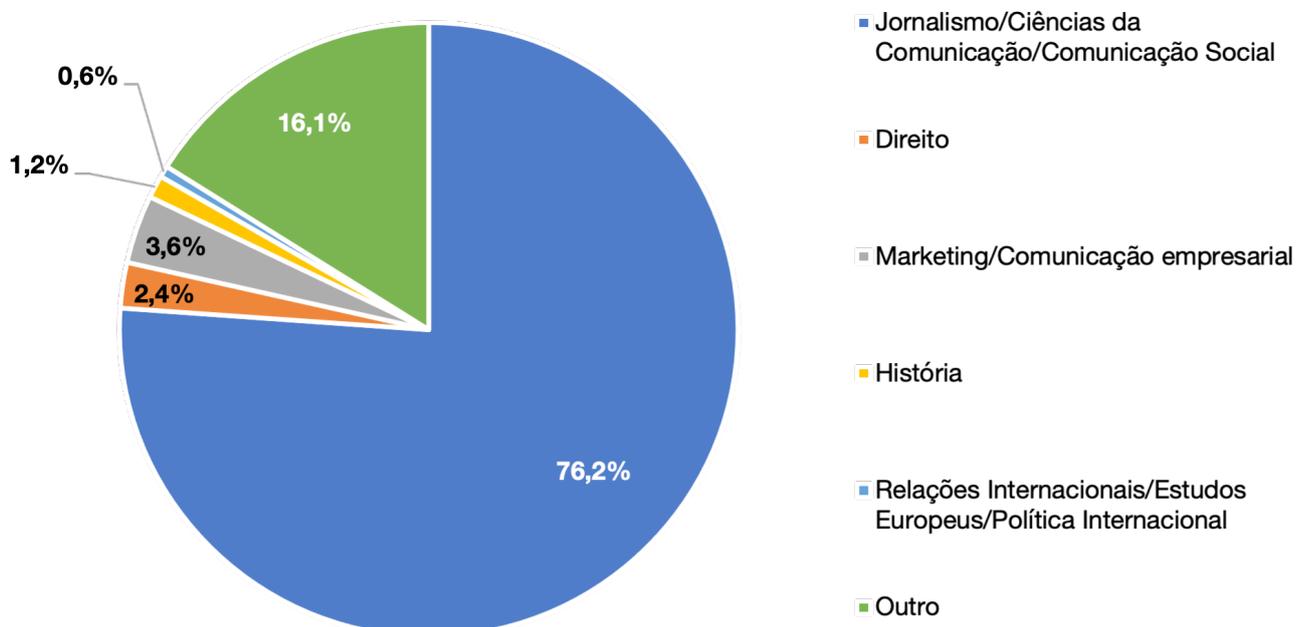
Tabela 6 – Instituição de ensino superior frequentada pelos inquiridos

	n	%
Instituto Politécnico de Bragança	38	3,5
Instituto Politécnico de Coimbra	31	2,9
Instituto Politécnico de Leiria	92	8,5
Instituto Politécnico de Lisboa	65	6,0
Instituto Politécnico de Portalegre	49	4,5
Instituto Politécnico de Setúbal	79	7,3
Instituto Politécnico de Tomar	12	1,1
Instituto Politécnico de Viseu	35	3,2
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	24	2,2
Instituto Superior Miguel Torga	16	1,5
Universidade Autónoma	10	0,9
Universidade Católica Portuguesa (Braga)	46	4,3
Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)	17	1,6
Universidade da Beira Interior	29	2,7
Universidade de Coimbra	103	9,5
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	13	1,2
Universidade do Algarve	36	3,3
Universidade do Minho	40	3,7
Universidade do Porto	85	7,9
Universidade Europeia	53	4,9
Universidade Fernando Pessoa	46	4,3
Universidade Lusófona (Lisboa)	95	8,8
Universidade Lusófona do Porto	2	0,2
Universidade Nova de Lisboa	64	5,9

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” ($n = 1080$)

Como é possível constatar na Figura 3, dos 168 estudantes de mestrado que indicaram a sua área de formação no 1º ciclo de estudos no ensino superior, a larga maioria provém de áreas ligadas às Ciências da Comunicação (em particular, o jornalismo e a comunicação social), sugerindo algum nível de continuidade formativa nos alunos do 2º ciclo.

Figura 3 - Área de formação da licenciatura dos inquiridos que se encontram no 1º ano de mestrado



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 168)

Entre as respostas dos 25 inquiridos que identificaram “outra” área de formação, evidencia-se uma grande diversidade de designações formativas – muito embora, com exceção de um caso de “Administração de Empresas” e outro de “Psicologia”, estes cursos acabem por se concentrar nos domínios mais amplos das Ciências da Comunicação, das Línguas e Literatura, ou dos Estudos Culturais e Artísticos.

4 – PERCEÇÕES SOBRE O ENSINO DO JORNALISMO

De seguida, apresentam-se os resultados do inquérito destinados a perceber a forma como os alunos se posicionam face à área de formação que escolheram, os conteúdos nela ministrados e as suas perceções sobre a importância da formação no acesso à profissão.

Neste âmbito, um aspeto que poderá ser sublinhado prende-se com o facto de, do total da amostra, 1032 respondentes (94,6%) referirem que não pretendem abandonar o curso que frequentam atualmente. Entre a minoria de inquiridos que menciona a possibilidade de deixar a sua formação atual, 32 respondentes (2,9%) alegam que o pretendem fazer “com o objetivo de ingressar num curso de outra área”; 17 respondentes (1,6%) “com o objetivo de ingressar num curso da mesma área, numa outra instituição de ensino superior”; e 6 (0,5%) “com o objetivo de abandonar o ensino superior”.

Se estes dados sugerem uma vontade generalizada, entre os inquiridos, de prosseguirem os estudos que frequentam no ano letivo de 2020-2021, será também interessante compreender o que os motivou a escolher essas áreas de estudo.

Com base nos objetivos do estudo e na análise de outros inquéritos internacionais sobre esta temática, foi proposto um conjunto de 17 possíveis motivos que terão levado os alunos a escolher o curso que frequentam no ano letivo de 2020-2021 (ver Tabela 7). Face às hipóteses formuladas, os respondentes foram chamados a identificar qual o seu nível de concordância com cada uma das frases apresentadas (numa escala de Likert de 6 pontos).

De uma forma geral, pode-se dizer que estes cursos reúnem alunos com níveis mo-

tivacionais assinaláveis. A título de exemplo, refira-se que 86,8% dos inquiridos discordam, de alguma forma, que o motivo do seu ingresso no curso resulte de uma segunda escolha, por não terem conseguido entrar num outro curso de sua preferência. Um total de 94,6% apresentam algum nível de discordância com a ideia de terem escolhido este domínio de formação por considerarem tratar-se de uma área fácil de estudos. Tanto a facilidade de emprego na área da comunicação social, como a ideia de que se ganha bem nessas profissões parece não representar fundamento para a entrada no curso: 83,9% dos inquiridos referem algum nível de discordância perante a hipótese de terem escolhido o curso por se tratar de uma área de emprego fácil ou, no caso de 82,9% dos inquiridos, por se tratar de uma atividade bem remunerada.

Por seu lado, 93,9% dos respondentes apontam algum tipo de concordância como o facto de se ter candidatado ao curso com objetivo de se “desenvolver pessoalmente e socialmente” e 92,9% consideram o mesmo quando o motivo se trata de a formação oferecer “um programa interessante”. Se 90,4% de inquiridos indicam algum tipo de acordo com a ideia de terem escolhido esta área de formação por pretenderem “seguir uma carreira na comunicação social”, a percentagem baixa para 74,4% quando a frase se refere, especificamente, a “seguir uma carreira no jornalismo”.

Tabela 7 – Nível de concordância dos inquiridos com declarações que descrevem possíveis razões para se terem candidatado ao curso que frequentam atualmente. “Candidatei-me ao curso que frequento atualmente...”

	Discordo totalmente		Discordo bastante		Discordo		Concordo		Concordo bastante		Concordo totalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
a) ... porque não consegui entrar no curso que pretendia.”	735	67,9	56	5,2	148	13,7	95	8,8	19	1,8	29	2,7
b) ... porque me pareceu uma área fácil.”	617	57,0	181	16,7	226	20,9	48	4,4	7	0,6	3	0,3
c) ... porque gosto de escrever e/ou sinto que tenho talento para escrever.”	51	4,7	35	3,2	170	15,7	475	43,9	234	21,6	116	10,7
d) ... porque gostaria de seguir uma carreira na comunicação social.”	15	1,4	18	1,7	71	6,6	340	31,5	234	21,6	403	37,3
e) ... porque gostaria de seguir uma carreira no jornalismo.”	72	6,7	45	4,2	159	14,7	304	28,1	187	17,3	313	29,0
f) ...pela possibilidade de mudar a sociedade.”	48	4,5	39	3,6	180	16,7	416	38,6	220	20,4	174	16,2
g) ... porque penso que será fácil encontrar emprego nas áreas da comunicação social.”	271	25,2	193	18,0	438	40,7	148	13,8	17	1,6	8	0,7
h) ... porque tenho ideia de que se ganha bem nas áreas da comunicação social.”	278	25,7	179	16,6	438	40,6	165	15,3	16	1,5	4	0,4
i) ... pela possibilidade de cobrir e/ou denunciar escândalos e abusos.”	130	12,0	80	7,4	246	22,8	375	34,7	155	14,4	94	8,7
j) ... pela possibilidade de viajar.”	108	10,0	66	6,1	234	21,6	425	39,3	173	16,0	76	7,0
k) ... pela possibilidade de ser famoso/a.”	365	34,1	147	13,7	348	32,5	143	13,4	52	4,9	16	1,5
l) ... para me desenvolver pessoalmente e socialmente.”	12	1,1	13	1,2	41	3,8	354	32,7	307	28,4	354	32,7
m) ... porque o curso oferece um programa interessante.”	14	1,3	13	1,2	50	4,6	391	36,2	306	28,3	307	28,4
n) ... pela possibilidade de estudar perto de casa.”	370	34,5	98	9,1	227	21,1	217	20,2	83	7,7	79	7,4
o) ... porque fui motivado/a por amigos/as, familiares ou outras pessoas próximas.”	389	36,1	137	12,7	274	25,4	193	17,9	52	4,8	32	3,0
p) ... pela possibilidade de adquirir estatuto social.”	336	31,1	136	12,6	302	28,0	229	21,2	48	4,4	29	2,7
q) ... pela possibilidade de trabalhar de forma livre e independente.”	104	9,6	75	6,9	236	21,8	399	36,9	155	14,3	112	10,4

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= a - 1082; b - 1082; c - 1081; d - 1081; e - 1080; f - 1077; g - 1075; h - 1080; i - 1080; j - 1082; k - 1071; l - 1081; m - 1081; n - 1074; o - 1077; p - 1080; q - 1081)

Com o objetivo de conhecer a opinião dos estudantes sobre a utilidade e pertinência da oferta curricular para o seu futuro profissional, procurou-se perceber a relevância que atribuem a um conjunto de disciplinas, previamente selecionadas, para a formação de um jornalista. Para o efeito, foram propostas 15 disciplinas, tendo por critério uma análise transversal dos programas oferecidos nos diferentes cursos, em Portugal.

Os dados indicados na Tabela 8 sugerem que os alunos inquiridos atribuem, de forma generalizada, algum nível de pertinência a estes diferentes conteúdos curriculares. Como exemplo, se considerarmos a soma das percentagens que indicam algum tipo de relevância, verifica-se que as unidades curriculares que menos consenso reúnem assumem, ainda assim, acolhimento entre mais de 3/4 dos que responderam a estas questões. São elas: Economia dos Média (79,4%), História dos Média (80,6%), Assessoria e Comunicação Organizacional (84,1%); Sociologia da Comunicação (84,2%); e Teorias da Comunicação (90,8%).

Considerando a escala Likert desta questão (6 pontos) como uma variável contínua, a pontuação média dos critérios tende a acompanhar esta hierarquização: “História dos Média” (média: 4,12; DP: 0,944) “Economia dos Média” (média: 4,13; DP: 0,975), “Sociologia da Comunicação” (média: 4,35; DP: 1,1093); e “Assessoria e Comunicação Organizacional” (média: 4,42; DP: 1,066).

As respostas obtidas valorizam as disciplinas com um carácter mais diretamente ligado com o exercício das profissões do jornalismo e da comunicação. A unidade curricular que obtém maior percentagem acerca da sua relevância (“Relevante”, “Muito relevante” e “Fundamental”) é Práticas de Jornalismo Televisivo, com 97,8%, seguida por Práticas de Jornalismo Multimédia, com 97,5%. Técnicas de Redação Jornalística e Práticas de Jornalismo Multimédia têm, *ex aequo*, a percentagem de 97,5%. Seguem-se-lhes Géneros Jornalísticos (96,6%), línguas estrangeiras (96,2%), Práticas de Jornalismo Radiofónico (95,6%), Fotografia e Jornalismo Visual (95,9%) e Práticas de Jornalismo Impresso (95,3%). Admitindo a hipótese de integrar Ética e Deontologia do Jornalismo, ou equivalente, como uma unidade curricular de pendor mais teórico, verifica-se que entre as disciplinas deste tipo é aquela que mais relevância obtém para os alunos inquiridos (94,0%), logo seguida de Direito do Jornalismo e da Comunicação Social (93,5%).

Tabela 8 – Relevância atribuída pelos inquiridos às unidades curriculares de cursos de jornalismo e comunicação social

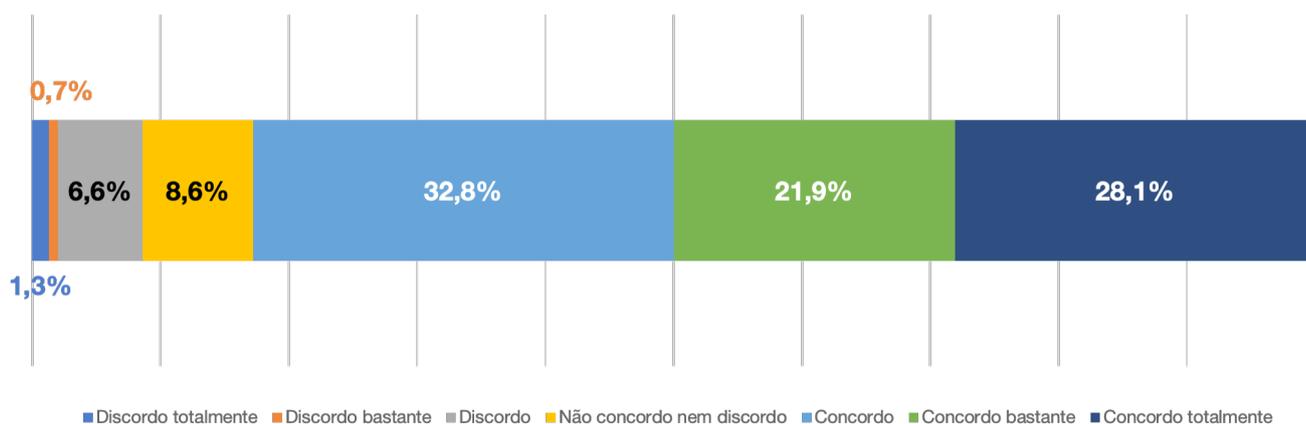
	Totalmente irrelevante		Muito irrelevante		Irrelevante		Relevante		Muito relevante		Fundamental	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
a) Técnicas de redação jornalística	9	0,8	3	0,3	16	1,5	183	16,9	246	22,7	629	57,9
b) Teorias do jornalismo	11	1,0	18	1,7	71	6,5	465	42,9	255	23,5	264	24,4
c) Práticas de jornalismo multimédia	5	0,5	4	0,4	17	1,6	251	23,2	388	35,9	415	38,4
d) Direito do jornalismo e da comunicação social	5	0,5	9	0,8	56	5,2	388	35,8	313	28,9	312	28,8
e) História dos média	18	1,7	35	3,2	157	14,5	566	52,4	198	18,3	106	9,7
f) Práticas de jornalismo radiofónico	5	0,5	9	0,8	33	3,0	311	28,7	332	30,7	392	36,2
g) Assessoria e comunicação organizacional	12	1,1	21	1,9	139	12,8	447	41,2	256	23,6	209	19,3
h) Práticas de jornalismo impresso	8	0,7	4	0,4	39	3,6	333	30,7	317	29,3	382	35,3
i) Géneros jornalísticos	6	0,6	5	0,5	27	2,5	292	27,1	306	28,4	443	41,1
j) Ética e deontologia do jornalismo	12	1,1	10	0,9	43	4,0	245	22,6	266	24,6	506	46,8
k) Práticas de jornalismo televisivo	7	0,6	5	0,5	12	1,1	237	21,9	324	30,0	496	45,9
l) Economia dos média	17	1,6	23	2,1	183	16,9	536	49,5	225	20,8	98	9,1
m) Fotografia e jornalismo visual	4	0,4	9	0,8	31	2,9	344	31,8	352	32,5	342	31,6
n) Línguas estrangeiras	4	0,4	7	0,6	30	2,8	235	21,7	323	29,8	484	44,7
o) Sociologia da comunicação	22	2,0	26	2,4	123	11,4	478	44,2	244	22,6	189	17,5

(n = a - 1086; b - 1084; c - 1080; d - 1083; e - 1080; f - 1082; g - 1084; h - 1083 -; i - 1079; j - 1082; k - 1081; l - 1082; m - 1082; n - 1083; o - 1082)

4.1 – Visões sobre a relevância da formação superior para o exercício do jornalismo

De uma forma geral, os alunos inquiridos tendem a sublinhar a necessidade de uma formação superior para o desempenho da profissão de jornalista. Com efeito, 82,8% das 1087 respostas exprimem algum tipo de concordância com a ideia de que “a formação superior nas áreas do jornalismo e/ou da comunicação social é essencial para a prática do jornalismo”. Dizem “concordar” com esta afirmação 32,8% dos respondentes, enquanto 21,9% referem “concordar bastante” e 28,1% “concordam totalmente” (ver Figura 4).

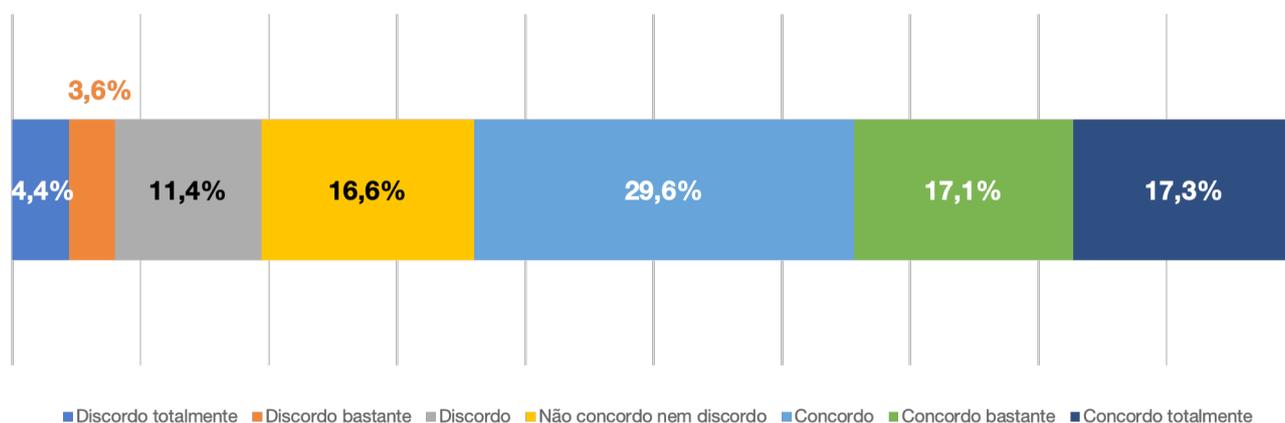
Figura 4 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “A formação superior nas áreas do jornalismo e/ou da comunicação social é essencial para a prática do jornalismo.”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 1087)

Ainda que a percentagem de inquiridos que demonstra algum tipo de acordo com a ideia se mantenha positiva, é comparativamente menor quando a questão passa a ser se consideram que possuir um grau de ensino superior, qualquer que seja a área de formação, é essencial para a prática do jornalismo (64,0%) (ver Figura 5). Este resultado tende a sublinhar a importância que os inquiridos conferem à formação específica nas áreas de jornalismo e comunicação social.

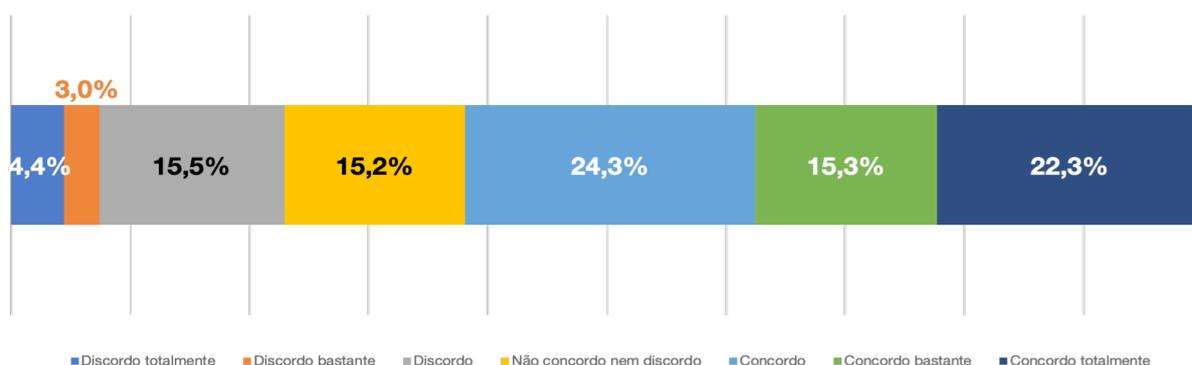
Figura 5 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Qualquer que seja a área de formação, possuir um grau de ensino superior é essencial para a prática do jornalismo.”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 1085)

Com efeito, os dados da Figura 6 revelam que 61,9 % dos que responderam a esta questão demonstram algum nível de acordo com a ideia “apenas pessoas com licenciatura (ou nível de formação superior) nas áreas de jornalismo ou de comunicação social devem poder exercer a profissão de jornalista” e, nessa condição, ter acesso à Carteira Profissional. Posição contrária têm 22,9% dos respondentes que expressam algum tipo de discordância.

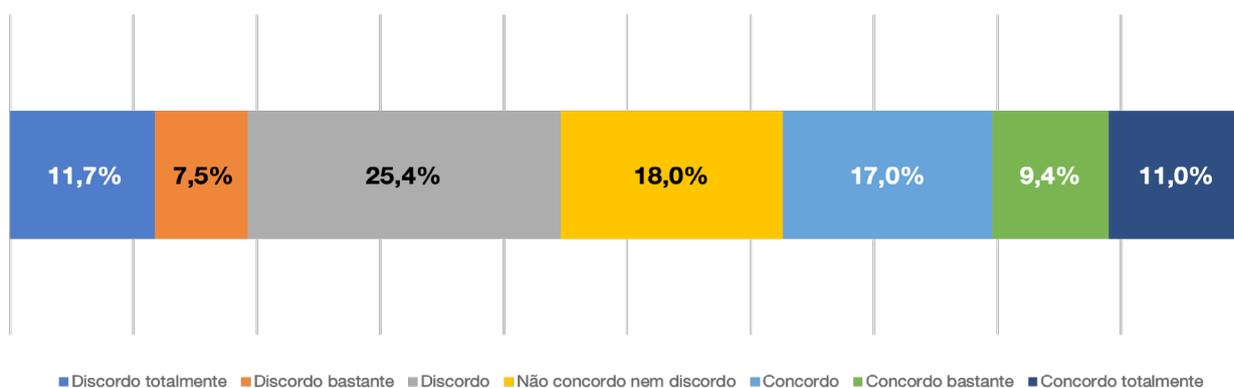
Figura 6 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Apenas pessoas com licenciatura (ou nível de formação superior) nas áreas de jornalismo ou de comunicação social devem poder exercer a profissão de jornalista (e ter acesso à Carteira Profissional de Jornalista).”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 1084)

Quase metade dos inquiridos (44,6%) afirma discordar globalmente da ideia de que basta ter uma formação superior, qualquer que seja a área de estudos, para o exercício da profissão de jornalista. Das 1083 respostas válidas obtidas a esta questão, 37,4% concordam globalmente com a afirmação e 18,0% afirmam não ter uma opinião definitiva sobre o assunto.

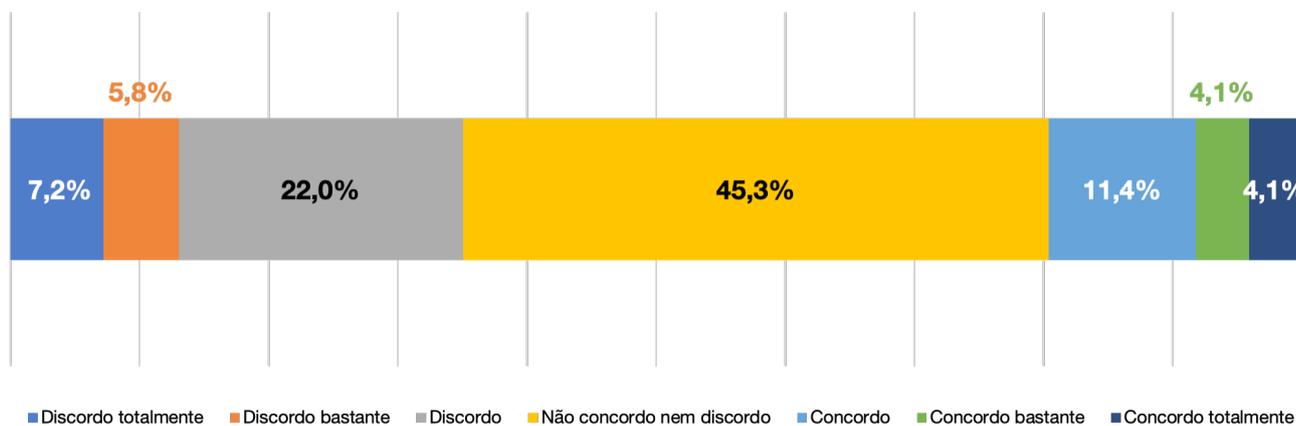
Figura 7 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Apenas pessoas com a licenciatura (ou nível de formação superior), qualquer que seja a área de formação, devem poder exercer a profissão de jornalista (e ter acesso à Carteira Profissional de Jornalista).”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 1083)

Entre os 1085 estudantes que responderam a esta questão, a maioria (45,3%) não tem uma opinião formada quando confrontada com a afirmação de que “o número de estudantes nos cursos de jornalismo e comunicação social, em Portugal, é exagerado”. 19,6 % manifestam algum tipo de concordância com a afirmação e 35,0% discordam de alguma forma.

Figura 8 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “O número de estudantes nos cursos de jornalismo e comunicação social, em Portugal, é exagerado.”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 1085)

5 - HÁBITOS DE CONSUMO DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA

Atendendo ao quadro de preocupações sobre as novas formas como os estudantes de jornalismo e comunicação social experienciam e se relacionam com as notícias e com os projetos editoriais, um segmento substancial do questionário focou-se nos hábitos de consumo de informação jornalística dos inquiridos. Com as perguntas realizadas procurou-se não apenas caracterizar os hábitos informativos dos estudantes de jornalismo e comunicação social, mas também conhecer as suas opiniões e perceções sobre a relevância ou a indispensabilidade de se manter um conhecimento atualizado sobre o mundo contemporâneo.

Como demonstram os resultados indicados na Figura 9, a posição predominante entre os respondentes reflete a importância de se estar a par dos temas que ocupam a ordem do dia. Enquanto 38,3% dos respondentes referem “concordar” ou “concordar bastante” com a ideia de ser fundamental acompanhar a atualidade noticiosa, a maioria dos respondentes (60,8%) “concorda totalmente” com essa afirmação.

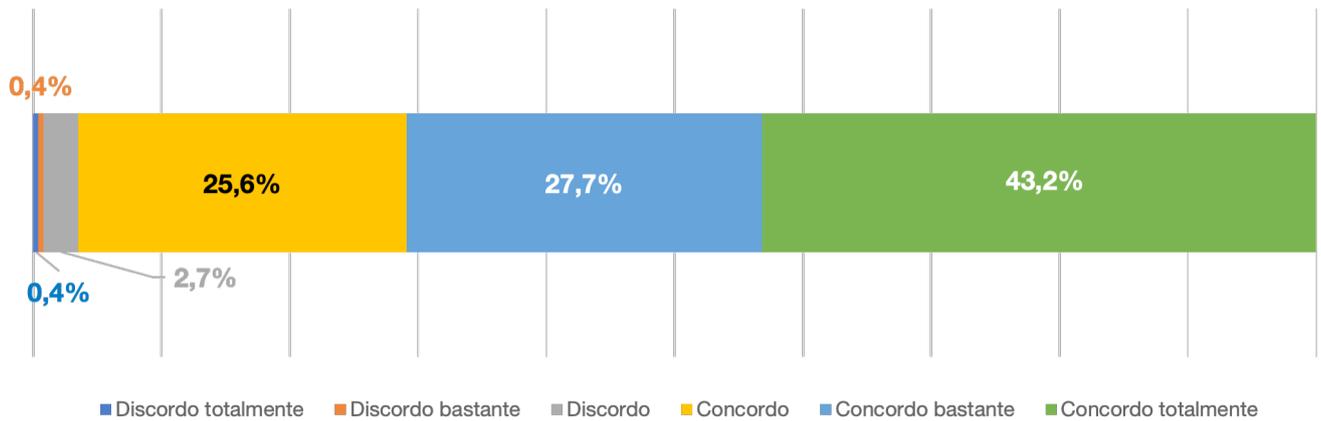
Figura 9 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Considero fundamental acompanhar a atualidade noticiosa.”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 1088)

Considerando as percentagens de aceitação da pergunta anterior, não deixa de ser interessante observar o posicionamento dos inquiridos sobre a sua própria motivação para acompanhar a atualidade noticiosa (ver Figura 10). Com efeito, a maioria dos respondentes admite que procura acompanhar a atualidade noticiosa (96,5%). No entanto, verifica-se uma maior distribuição entre os diferentes níveis de concordância, quando a afirmação passa a ser: “procuro acompanhar a atualidade noticiosa”.

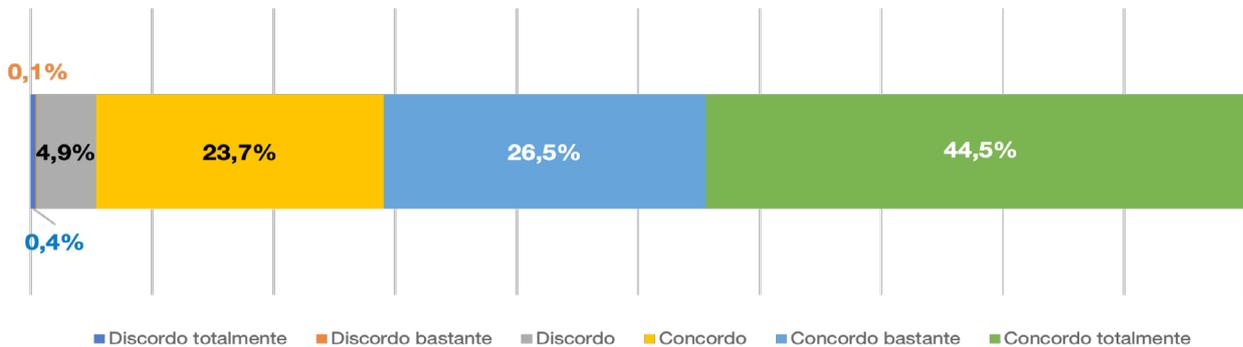
Figura 10 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Procuo acompanhar a atualidade noticiosa.”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 1090)

Já no que se refere ao entendimento de que os estudantes das áreas de jornalismo e comunicação social possuem uma obrigação particular de acompanhar a atualidade noticiosa, os resultados expressos na Figura 11 indicam que é uma pequena franja (5,4%) de inquiridos que, de alguma forma, discorda da ideia, enquanto a maioria dos respondentes refere algum grau de concordância com essa responsabilidade.

Figura 11 - Nível de concordância dos inquiridos com a declaração “Os/As estudantes das áreas de jornalismo e comunicação social têm uma obrigação particular de acompanhar a atualidade noticiosa.”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 1088)

5.1 – Modos de aceder à atualidade noticiosa

As últimas décadas foram marcadas por uma série de transformações tecnológicas, económicas e sociais que contribuíram para a proliferação e diversificação das possibilidades de acompanhamento da atualidade noticiosa. A par da progressiva superação de barreiras geográficas e técnicas, o atual ecossistema de *media* é caracterizado por uma variedade de novos canais de comunicação, nos quais o consumo de informação sobre a atualidade constitui apenas mais uma forma de utilização – por vezes, acidental – dentro de um amplo conjunto de outros usos. A partir da adequação das questões do estudo de Splichal e Sparks (1994) à realidade contemporânea portuguesa, esta investigação procurou perceber quais as fontes de informação noticiosa dos estudantes de jornalismo e comunicação social. Neste contexto, foram identificados 18 meios de comunicação, sendo requerido aos respondentes que apontassem a frequência semanal de utilização destes *media*, para acompanharem a atualidade noticiosa (ver Tabela 9).

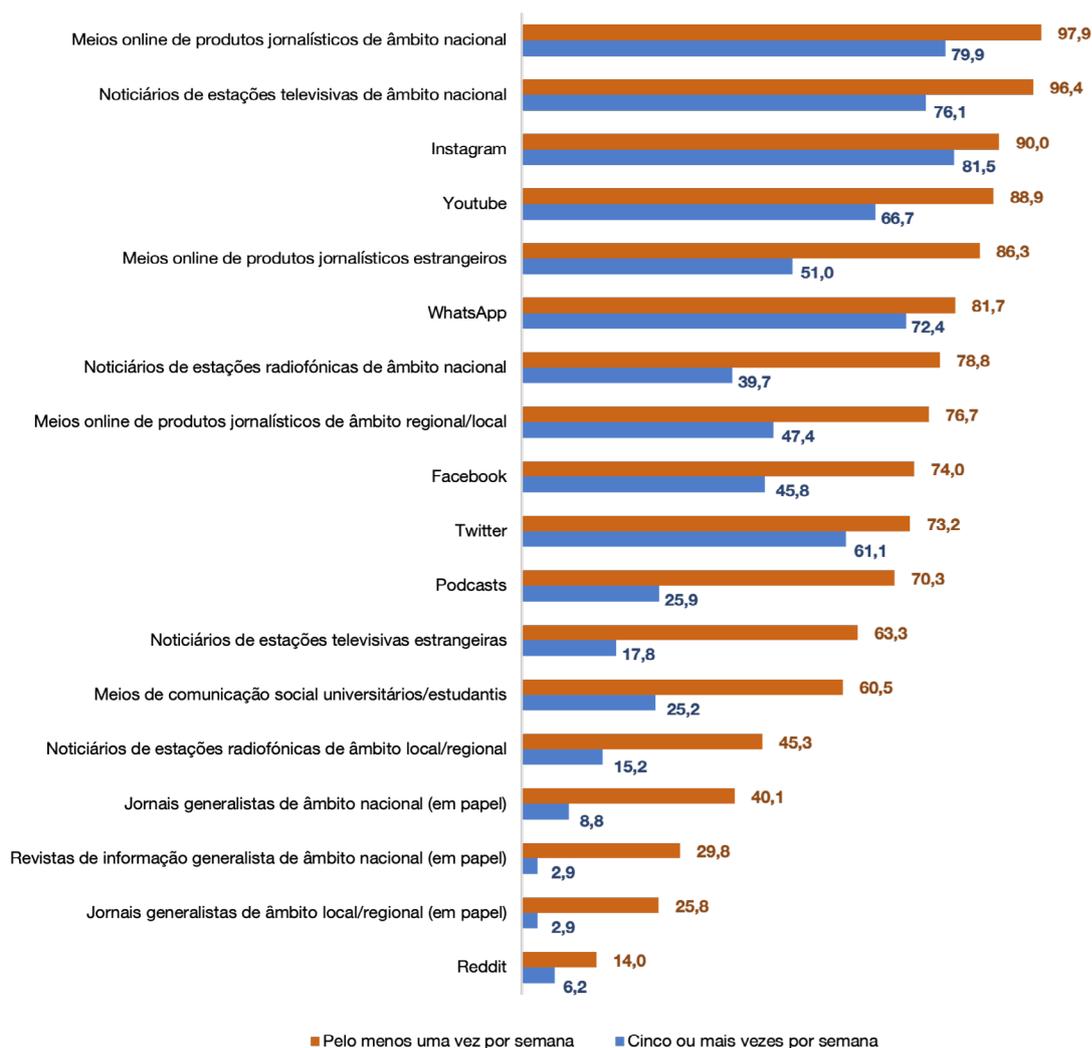
Tabela 9 – Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos recorrem aos seguintes meios para acompanhar a atualidade noticiosa

		Todos os dias	Seis dias por semana	Cinco dias por semana	Quatro dias por semana	Três dias por semana	Dois dias por semana	Um dia por semana	Não consumo este tipo
a) Jornais generalistas de âmbito nacional (em papel)	n	68	6	21	21	44	83	192	651
	%	6,3	0,6	1,9	1,9	4,1	7,6	17,7	59,9
b) Jornais generalistas de âmbito local/regional (em papel)	n	24	1	6	7	28	47	167	806
	%	2,2	0,1	0,6	0,6	2,6	4,3	15,4	74,2
c) Revistas de informação generalista de âmbito nacional (em papel)	n	23	1	8	10	33	59	187	756
	%	2,1	0,1	0,7	0,9	3,1	5,5	17,4	70,2
d) Noticiários de estações televisivas de âmbito nacional	n	694	52	80	57	83	53	28	39
	%	63,9	4,8	7,4	5,2	7,6	4,9	2,6	3,6
e) Noticiários de estações televisivas estrangeiras	n	131	15	45	59	88	140	207	398
	%	12,2	1,4	4,2	5,4	8,1	12,9	19,1	36,7
f) Noticiários de estações radiofónicas de âmbito nacional	n	288	40	103	74	125	115	111	231
	%	26,5	3,7	9,5	6,8	11,5	10,6	10,2	21,3
g) Noticiários de estações radiofónicas de âmbito local/regional	n	114	22	28	34	66	98	126	590
	%	10,6	2,0	2,6	3,2	6,1	9,1	11,7	54,7
h) Meios online de produtos jornalísticos de âmbito nacional	n	728	73	65	48	66	47	35	22
	%	67,2	6,7	6,0	4,4	6,1	4,3	3,2	2,0
i) Meios online de produtos jornalísticos de âmbito regional/local	n	402	52	61	52	92	71	104	252
	%	37,0	4,8	5,6	4,8	8,4	6,5	9,6	23,2
j) Meios online de produtos jornalísticos estrangeiros	n	416	58	80	76	107	90	110	148
	%	38,3	5,3	7,4	7,0	9,9	8,3	10,1	13,6
k) Meios de comunicação social universitários/estudantis	n	160	38	74	69	87	90	135	426
	%	14,8	3,5	6,9	6,4	8,1	8,3	12,5	39,5
l) Podcasts	n	148	58	73	91	96	111	181	320
	%	13,7	5,4	6,8	8,4	8,9	10,3	16,8	29,7
m) Facebook	n	422	30	43	47	68	73	118	282
	%	39,0	2,8	4,0	4,3	6,3	6,7	10,9	26,0
n) Youtube	n	582	58	82	72	64	49	56	120
	%	53,7	5,4	7,6	6,6	5,9	4,5	5,2	11,1
o) WhatsApp	n	727	25	29	29	18	16	37	198
	%	67,4	2,3	2,7	2,7	1,7	1,5	3,4	18,4
p) Twitter	n	596	35	31	34	24	31	42	291
	%	55,0	3,2	2,9	3,1	2,2	2,9	3,9	26,8
q) Instagram	n	818	34	34	24	24	23	22	107
	%	75,3	3,1	3,1	2,2	2,2	2,1	2,0	9,9
r) Reddit	n	46	7	14	11	22	17	35	930
	%	4,3	0,6	1,3	1,0	2,0	1,6	3,2	86,0

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n = a – 1086; b – 1086; c – 1077; d – 1086; e – 1084; f – 1087; g – 1078; h – 1084; i – 1086; j – 1085; k – 1079; l – 1078; m – 1083; n – 1083; o – 1079; p – 1084; q; 1086, r – 1082)

Sem prejuízo da heterogeneidade e da variabilidade interna das respostas relativas à utilização de cada um dos meios, os dados indicados na Tabela 9 tornam possível identificar grandes tendências sobre as fontes de informação noticiosa dos estudantes inquiridos. Uma das tendências mais significativas refletir-se-á num consumo de informação centrado, sobretudo, em recursos online e televisivos. Com efeito, entre os inquiridos que responderam a este grupo de questões, 97,9% referem usar *media* jornalísticos online de âmbito nacional, pelo menos, uma vez por semana, com o objetivo de acompanharem a atualidade noticiosa. Um total de 96,4% admite fazer o mesmo com noticiários de estações televisivas de âmbito nacional, 90,0% com a rede social Instagram e 88,9% com a plataforma YouTube (ver Figura 12).

Figura 12 - Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos recorrem aos seguintes meios para acompanhar a atualidade noticiosa (pelo menos uma vez por semana ou cinco ou mais vezes por semana (%))



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n mín. = 1077; n máx.= 1087)

Circunscrevendo a análise a um consumo mais frequente (cinco ou mais vezes por semana), esta realidade não se altera significativamente: 81,5% dos respondentes referem utilizar a rede social Instagram, pelo menos cinco vezes por semana, no sentido de se inteirarem da atualidade noticiosa; 79,9% admitem fazê-lo através de meios online de âmbito nacional; 76,1% através de noticiários televisivos nacionais; e 72,4% através da aplicação WhatsApp. Por outro lado, a par da plataforma Reddit (86,0% dos inquiridos referem não utilizar este meio), são sobretudo os meios de comunicação em papel e os *media* não-digitais de âmbito regional a que os respondentes dizem menos recorrer para se informarem sobre a atualidade.

Estes resultados são aprofundados nas duas tabelas seguintes. Os dados da Tabela 10 resultam de uma questão semelhante à anterior, mas na qual foi sugerido um conjunto relativamente heterogéneo de 19 projetos mediáticos e/ou jornalísticos.

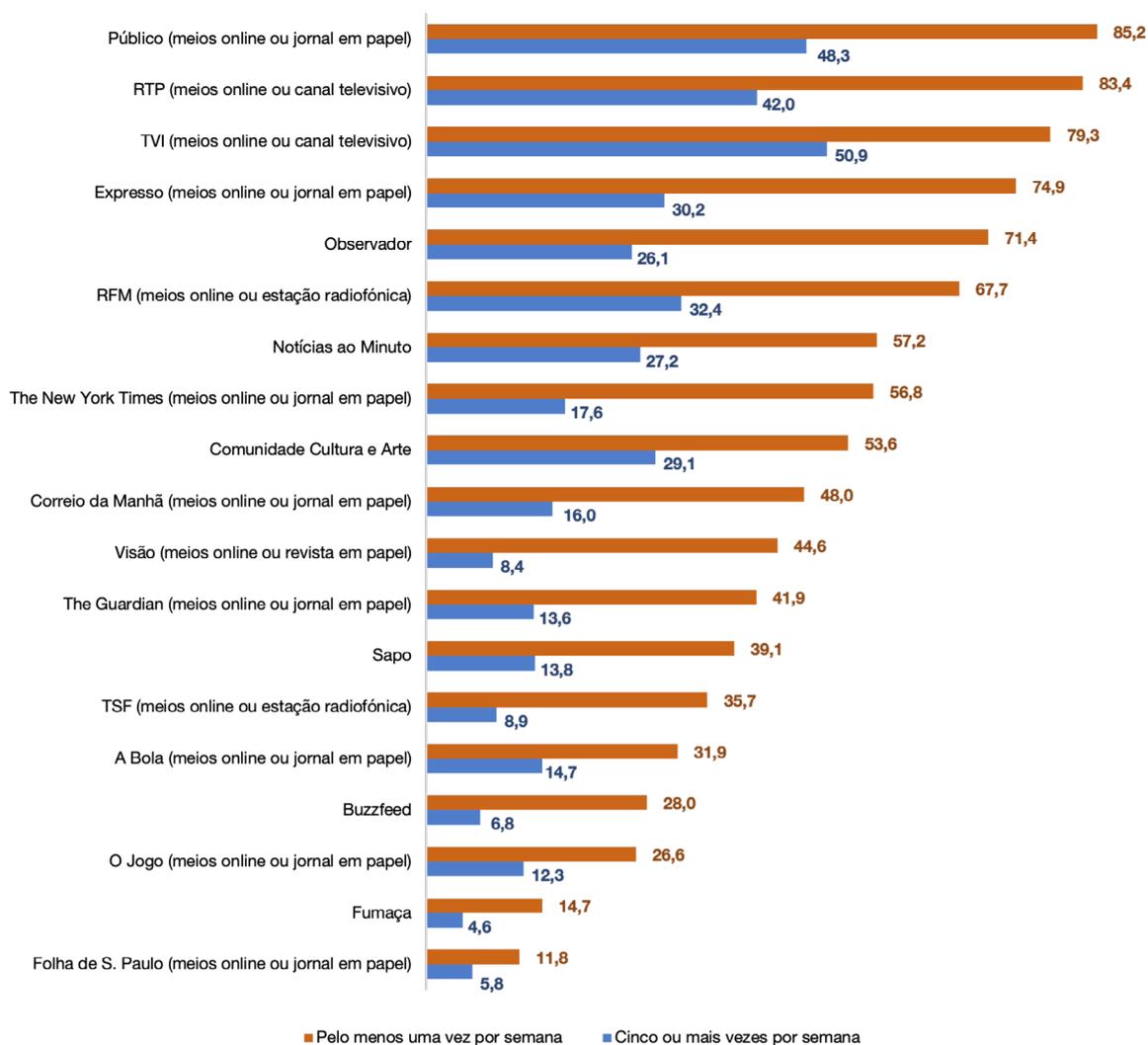
Tabela 10 – Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos recorrem aos seguintes meios de comunicação social ou projetos editoriais para acompanhar a atualidade noticiosa

		Todos os dias	Seis dias por semana	Cinco dias por semana	Quatro dias por semana	Três dias por semana	Dois dias por semana	Um dia por semana	Não consumo este meio
a) Público (meios online ou jornal em papel)	n	375	58	90	90	104	100	106	160
	%	34,6	5,4	8,3	8,3	9,6	9,2	9,8	14,8
b) Expresso (meios online ou jornal em papel)	n	202	44	80	107	115	99	162	272
	%	18,7	4,1	7,4	9,9	10,6	9,2	15,0	25,2
c) Correio da Manhã (meios online ou jornal em papel)	n	113	20	41	38	58	92	158	564
	%	10,4	1,8	3,8	3,5	5,4	8,5	14,6	52,0
d) Observador	n	170	40	73	109	133	123	125	310
	%	15,7	3,7	6,7	10,1	12,3	11,4	11,5	28,6
e) Visão (meios online ou revista em papel)	n	47	18	24	53	57	92	182	590
	%	4,4	1,7	2,3	5,0	5,4	8,7	17,1	55,5
f) TVI (meios online ou canal televisivo)	n	432	44	75	71	69	74	94	225
	%	39,9	4,1	6,9	6,5	6,4	6,8	8,7	20,8
g) RTP (meios online ou canal televisivo)	n	333	52	69	87	119	112	128	180
	%	30,8	4,8	6,4	8,1	11,0	10,4	11,9	16,7
h) RFM (meios online ou estação radiofónica)	n	215	46	89	77	95	108	102	348
	%	19,9	4,3	8,2	7,1	8,8	10,0	9,4	32,2
i) TSF (meios online ou estação radiofónica)	n	51	15	30	36	50	89	116	695
	%	4,7	1,4	2,8	3,3	4,6	8,2	10,7	64,2
j) Notícias ao Minuto	n	201	44	49	60	83	88	93	463
	%	18,6	4,1	4,5	5,6	7,7	8,1	8,6	42,8
k) Sapo	n	100	18	30	46	49	71	105	653
	%	9,3	1,7	2,8	4,3	4,6	6,6	9,8	60,9
l) A Bola (meios online ou jornal em papel)	n	125	16	18	31	43	38	74	739
	%	11,5	1,5	1,7	2,9	4,0	3,5	6,8	68,2
m) O Jogo (meios online ou jornal em papel)	n	110	10	13	25	37	28	65	792
	%	10,2	0,9	1,2	2,3	3,4	2,6	6,0	73,3
n) Folha de S. Paulo (meios online ou jornal em papel)	n	35	13	15	13	10	12	30	954
	%	3,2	1,2	1,4	1,2	0,9	1,1	2,8	88,2
o) The New York Times (meios online ou jornal em papel)	n	89	39	63	71	65	105	183	467
	%	8,2	3,6	5,8	6,6	6,0	9,7	16,9	43,2
p) The Guardian (meios online ou jornal em papel)	n	64	36	48	56	55	84	110	629
	%	5,9	3,3	4,4	5,2	5,1	7,8	10,2	58,1
q) BuzzFeed	n	34	14	26	31	58	54	85	778
	%	3,1	1,3	2,4	2,9	5,4	5,0	7,9	72,0
r) Fumaça	n	28	11	11	17	20	20	51	919
	%	2,6	1,0	1,0	1,6	1,9	1,9	4,7	85,3
s) Comunidade Cultura e Arte	n	214	53	48	60	58	64	82	502
	%	19,8	4,9	4,4	5,6	5,4	5,9	7,6	46,4

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n = a – 1083; b – 1081; c – 1084; d – 1083; e – 1063; f – 1084; g – 1080; h – 1080; i – 1082; j – 1081; k – 1072; l – 1084; m – 1080; n – 1082; o – 1082; p – 1082; q – 1080; r – 1077; s – 1081)

Do conjunto de possibilidades sugeridas são, sobretudo, o jornal Público e os canais televisivos RTP e TVI que os inquiridos mais consomem com o propósito de acompanhar a atualidade noticiosa: 85,2% dos que responderam a esta questão admitem consultar, pelo menos uma vez por semana, a versão em papel ou os formatos digitais do jornal Público. Já 83,4% referem fazê-lo nos meios de serviço público e 79,3% nos conteúdos da TVI (ver Figura 13). No que se refere aos *media* menos consultados, 88,2% dos respondentes admitem não consumir informação na Folha de S. Paulo, 85,3% no projeto Fumaça, 73,3% no jornal O Jogo, 72,0% na plataforma BuzzFeed e 68,2% em A Bola.

Figura 13 - Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos recorrem aos seguintes meios de comunicação social ou projetos editoriais para acompanhar a atualidade noticiosa (pelo menos uma vez por semana ou cinco ou mais vezes por semana (%))



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n mín. = 1063; n máx.= 1084)

De resto, o desporto é a temática noticiosa que os inquiridos menos referem acompanhar. Como é possível constatar na Tabela 11, 35,3% dos respondentes admitem não ter por hábito acompanhar matérias jornalísticas relacionadas com assuntos desportivos. Ao contrário, os temas de Sociedade são os mais consumidos: 97,6% dos inquiridos referem acompanhar este tipo de assuntos, pelo menos uma vez por semana, e 55,2% referem fazê-lo diariamente. Como nota relevante, saliente-se a expressão que o consumo de notícias de Ciência/Saúde assume neste conjunto de respostas, facto que não pode ser desligado do momento específico da realização deste inquérito, marcado pela pandemia da COVID-19.

Tabela 11 – Número de vezes que, numa semana típica, os inquiridos consomem informação jornalística relacionada com as seguintes temáticas

		Todos os dias	Seis dias por semana	Cinco dias por semana	Quatro dias por semana	Três dias por semana	Dois dias por semana	Um dia por semana	Não tenho por hábito acompanhar
a) Política nacional	n	491	58	93	84	98	91	84	88
	%	45,2	5,3	8,6	7,7	9,0	8,4	7,7	8,1
b) Política internacional	n	394	68	109	98	102	106	115	94
	%	36,3	6,3	10,0	9,0	9,4	9,8	10,6	8,7
c) Sociedade	n	597	73	111	87	88	56	44	26
	%	55,2	6,7	10,3	8,0	8,1	5,2	4,1	2,4
d) Justiça/Crime	n	346	61	118	116	116	104	101	123
	%	31,9	5,6	10,9	10,7	10,7	9,6	9,3	11,3
e) Economia	n	214	45	95	96	142	136	136	219
	%	19,8	4,2	8,8	8,9	13,1	12,6	12,6	20,2
f) Desporto	n	309	34	51	47	61	68	129	381
	%	28,6	3,1	4,7	4,4	5,6	6,3	11,9	35,3
g) Cultura	n	438	91	108	113	117	77	76	62
	%	40,5	8,4	10,0	10,4	10,8	7,1	7,0	5,7
h) Ciência/Saúde	n	443	68	104	100	116	84	80	88
	%	40,9	6,3	9,6	9,2	10,7	7,8	7,4	8,1
i) Lifestyle/Viagens	n	262	69	95	101	97	102	131	228
	%	24,1	6,4	8,8	9,3	8,9	9,4	12,1	21,0

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= a – 1087; b – 1086; c – 1082; d – 1085; e – 1083; f – 1080; g – 1082; h – 1083; i - 1085)

A par dos hábitos de consumo de informação jornalística, esta investigação procurou também compreender os hábitos de consumo pago de notícias por parte dos estudantes. Como é possível constatar na Tabela 12, é uma minoria de inquiridos (38,5%) que admite, numa semana típica, pagar por informação jornalística. Sublinha-se, no entanto, que 54,8% dos que responderam a este grupo de questões indicam que os seus familiares têm por hábito pagar por informação jornalística.

Tabela 12 – Valor despendido, numa semana típica, em informação jornalística (compra de jornal em papel, subscrição paga de um meio de comunicação online, contribuição para um projeto editorial, ...), tendo por referência os gastos efetuados pelos respondentes, pelos seus familiares ou por pessoas próximas

		0€	0€-2€	2€-5€	5€-10€	10€-15€	15€-20€	20€-25€	Mais de 25€	Não se aplica
a) Respondente	n	510	123	153	86	30	13	4	9	156
	%	47,0	11,3	14,1	7,9	2,8	1,2	0,4	0,8	14,4
b) Familiares	n	348	130	185	158	62	23	14	22	140
	%	32,3	12,0	17,1	14,6	5,7	2,1	1,3	2,0	12,9
c) Pessoas próximas	n	363	129	152	131	28	12	6	17	240
	%	33,7	12,0	14,1	12,2	2,6	1,1	0,6	1,6	22,3

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= a – 1084; b – 1082; c – 1071)

6 - PERSPETIVAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE O PAPEL DO JORNALISMO E DOS JORNALISTAS

Os dados apresentados nesta secção visam perceber qual a representação que os alunos de jornalismo e comunicação social têm acerca do papel e do lugar do jornalismo na sociedade.

Confrontados com um conjunto de possíveis papéis dos jornalistas na sociedade, (ver Tabela 13), “comunicar informações emitidas pelas autoridades públicas” é a função que tem maior acolhimento entre os inquiridos. De resto, mais de metade dos que responderam a esta questão (52,6%) admite “concordar totalmente” com esta ideia. Da mesma forma, 51,8% dos inquiridos expressam uma concordância total com a ideia de que os jornalistas têm o papel de “informar sobre os eventos políticos e as suas consequências” e 50,6% “concordam totalmente” que cabe aos jornalistas a função de “informar os consumidores”. Assumindo a escala Likert desta questão (6 pontos) como uma variável contínua, os critérios com pontuação média mais elevada referem-se a “comunicar informações emitidas pelas autoridades públicas” (média: 5,28; DP: 0,855), “informar sobre os eventos políticos e as suas consequências” (média: 5,22; DP: 0,912) e “dar voz aos grupos mais frágeis da sociedade” (média: 5,17; DP: 0,975).

Tabela 13 – Nível de concordância dos inquiridos com afirmações que refletem possíveis papéis dos jornalistas na sociedade

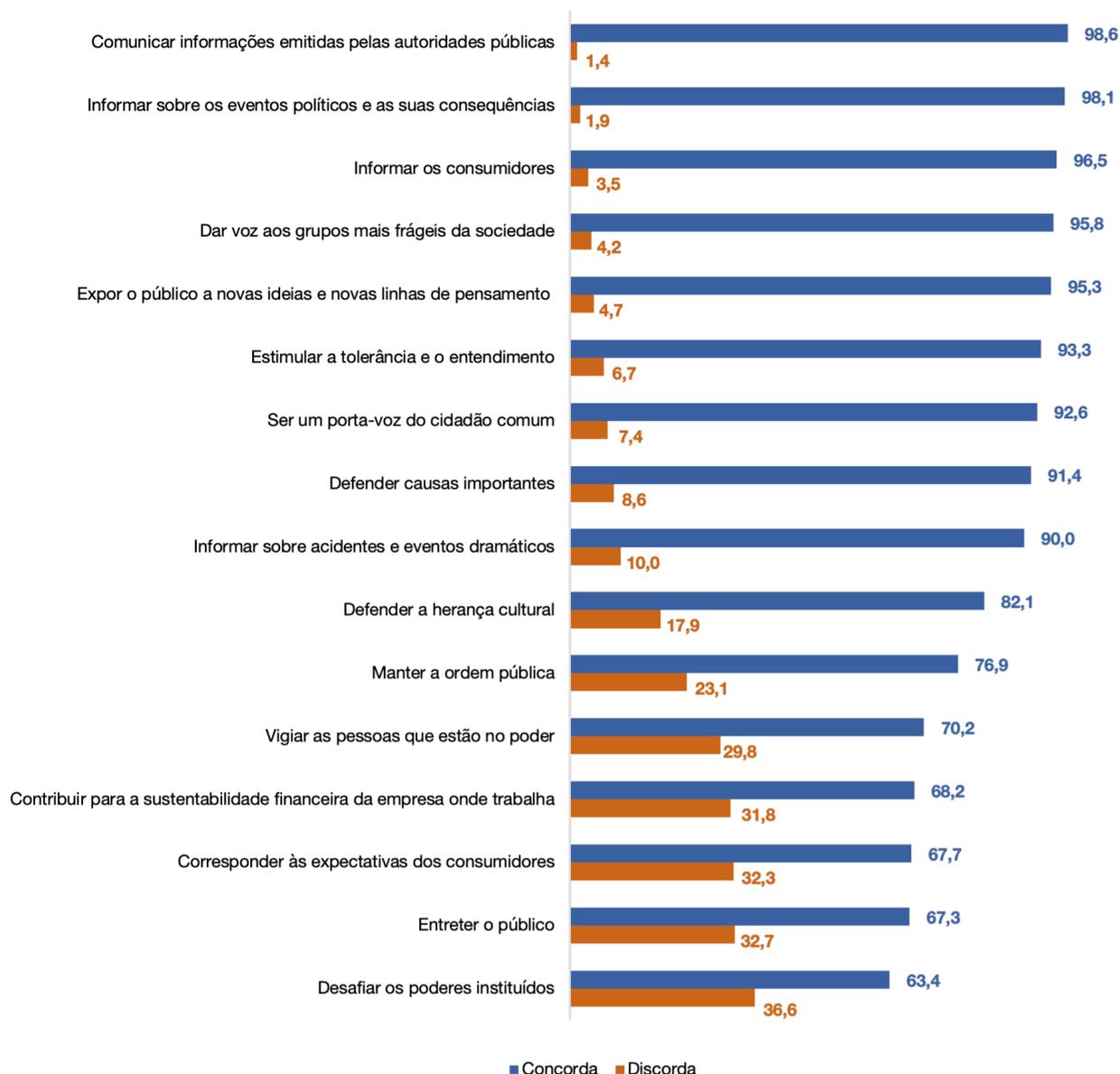
	Discordo totalmente		Discordo bastante		Discordo		Concordo		Concordo bastante		Concordo totalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
a) Informar sobre os eventos políticos e as suas consequências	2	0,2	0	0,0	15	1,7	226	25,7	182	20,7	456	51,8
b) Vigiar as pessoas que estão no poder	37	4,2	38	4,3	188	21,3	314	35,6	124	14,1	181	20,5
c) Dar voz aos grupos mais frágeis da sociedade	2	0,2	9	1,0	26	3,0	204	23,2	199	22,6	441	50,1
d) Estimular a tolerância e o entendimento	6	0,7	4	0,5	49	5,6	230	26,1	184	20,9	409	46,4
e) Expor o público a novas ideias e novas linhas de pensamento	1	0,1	4	0,5	36	4,1	233	26,5	200	22,7	406	46,1
f) Informar sobre acidentes e eventos dramáticos	7	0,8	11	1,3	70	8,0	428	48,6	169	19,2	195	22,2
g) Informar os consumidores	4	0,5	3	0,3	24	2,7	228	26,0	174	19,9	443	50,6
h) Entreter o público	69	7,9	51	5,8	167	19,0	305	34,7	116	13,2	170	19,4
i) Ser um porta-voz do cidadão comum	7	0,8	7	0,8	51	5,8	243	27,6	205	23,3	366	41,6
j) Comunicar informações emitidas pelas autoridades públicas	1	0,1	1	0,1	10	1,1	186	21,1	220	25,0	463	52,6
k) Defender a herança cultural	16	1,8	21	2,4	120	13,7	328	37,4	175	20,0	216	24,7
l) Contribuir para a sustentabilidade financeira da empresa onde trabalha	43	4,9	38	4,3	198	22,6	364	41,5	119	13,6	116	13,2
m) Desafiar os poderes instituídos	33	3,8	24	2,7	264	30,1	289	33,0	129	14,7	137	15,6
n) Defender causas importantes	17	1,9	6	0,7	53	6,0	205	23,3	192	21,8	407	46,3
o) Manter a ordem pública	30	3,4	22	2,5	151	17,2	325	37,0	156	17,8	194	22,1
p) Corresponder às expectativas dos consumidores	53	6,0	38	4,3	194	22,0	297	33,7	115	13,1	184	20,9

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= a - 881; b - 882; c - 881; d - 882; e - 880; f - 880; g - 876; h - 878; i - 879; j - 881; k - 876; l - 878; m - 876; n - 880; o - 878; p - 881)

Ainda que mereçam o consentimento da maioria dos estudantes inquiridos, têm menor acolhimento as afirmações que atribuem aos jornalistas o dever de assegurar a sustentabilidade financeira da empresa para a qual trabalham (apenas 13,2% referem “concordar totalmente” e 13,6% “concordar bastante” com esta ideia). Do mesmo modo, uma minoria dos respondentes expressa bastante ou total concordância com funções como “entreter o público” (32,6%) ou “corresponder às expectativas dos consumidores” (34,0%). Por fim, também as perspetivas que atribuem aos profissionais da informação um papel confrontativo dos agentes e das instituições de poder tendem a suscitar menor aprovação por parte dos estudantes: 15,6% mencionam “concordar totalmente” e 14,7% “concordar bastante” com a ideia de os jornalistas terem a função de “desafiar os poderes instituídos”.

Para melhor interpretação dos dados da tabela anterior, optou-se por apresentar percentualmente a soma das respostas que expressam algum nível de concordância ou discordância com os diferentes critérios propostos no inquérito. No entanto, os dados devem ser interpretados com alguma reserva, porquanto não refletem a variabilidade interna das respostas.

Figura 14 - Representação percentual da soma das respostas que compreendem algum nível de concordância e das que compreendem algum nível de discordância com afirmações que refletem possíveis papéis dos jornalistas na sociedade (%)



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (*n mín.* = 876; *n máx.* = 882)

No que se refere às qualidades que definem um bom jornalista, é sobretudo o “domínio da linguagem e da escrita”, a “precisão” e o “conhecimento geral” que os estudantes inquiridos identificam como critérios pertinentes (ver Tabela 14). Um total de 70,0% dos respondentes consideram o domínio da expressão escrita e oral como “fundamental” e 22,3% consideram-no “bastante relevante”. Já sobre a importância da precisão e do conhecimento geral para a qualidade do jornalista, 60,7% encaram-nos como “fundamentais”. Também a pontuação média das respostas tende a sublinhar a importância conferida a estas três qualidades: “domínio da linguagem e da escrita” - 5,62 (DP: 0,651); “conhecimento geral” - 5,49 (DP: 0,751); e “precisão” - 5,42 (DP: 0,810).

Tabela 14 – Nível de relevância atribuída pelos inquiridos a qualidades que definem um bom jornalista

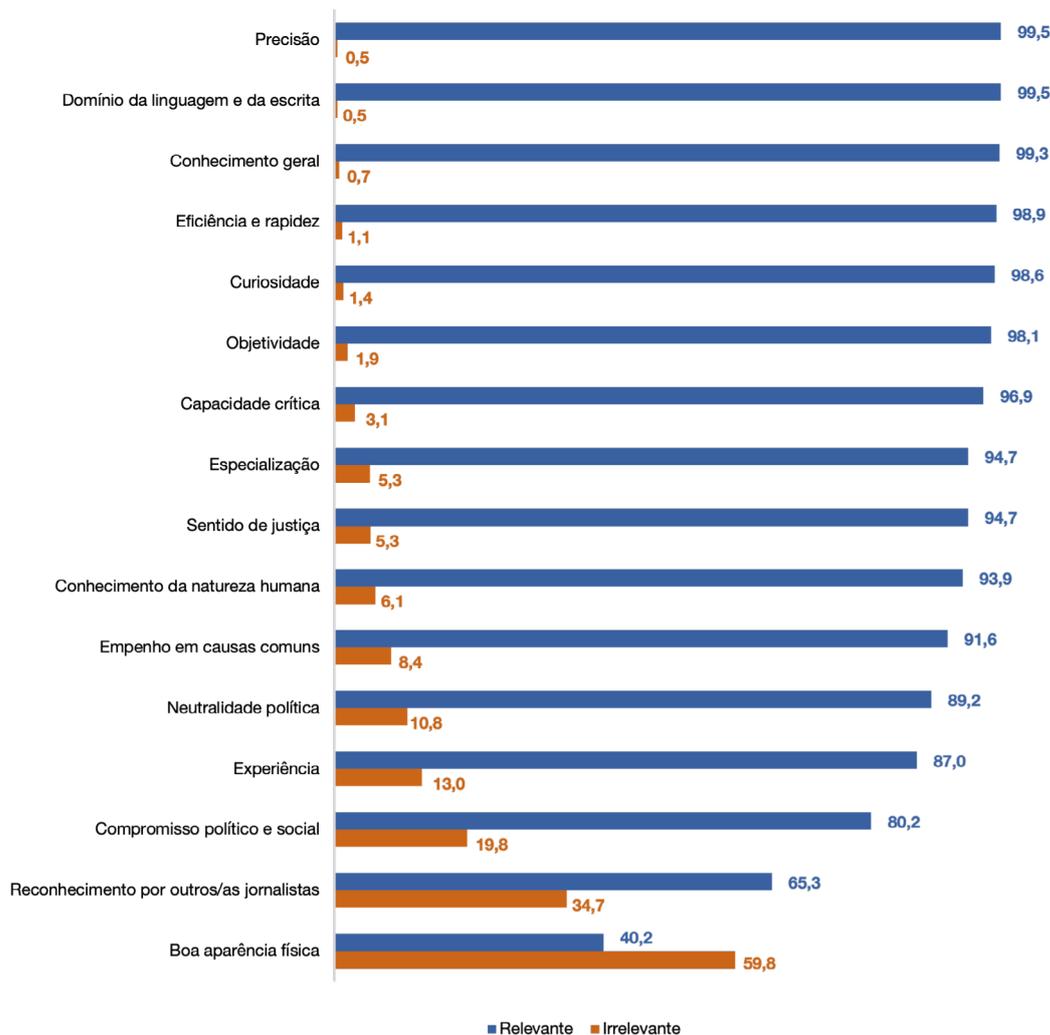
	Totalmente irrelevante		Bastante irrelevante		Irrelevante		Relevante		Bastante relevante		Fundamental	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
a) Precisão	1	0,1	2	0,2	1	0,1	157	17,8	185	21,0	535	60,7
b) Curiosidade	1	0,1	1	0,1	10	0,9	135	15,4	257	29,2	475	54,0
c) Domínio da linguagem e da escrita	1	0,1	0	0,0	3	0,3	63	7,2	196	22,3	615	70,0
d) Sentido de justiça	4	0,5	3	0,3	40	4,5	239	27,2	249	28,3	345	39,2
e) Conhecimento da natureza humana	3	0,3	4	0,5	47	5,3	296	33,7	269	30,6	260	29,6
f) Especialização	5	0,6	3	0,3	39	4,4	336	38,1	245	27,8	254	28,8
g) Conhecimento geral	0	0,0	1	0,1	5	0,6	94	10,7	246	27,9	535	60,7
h) Eficiência e rapidez	1	0,1	2	0,2	7	0,8	204	23,2	276	31,4	389	44,3
i) Capacidade crítica	2	0,2	3	0,3	22	2,5	109	12,4	238	27,0	506	57,5
j) Neutralidade política	16	1,8	13	1,5	66	7,5	198	22,6	167	19,1	416	47,5
k) Boa aparência física	219	24,9	70	7,9	238	27,0	218	24,7	68	7,7	68	7,7
l) Experiência	7	0,8	9	1,0	98	11,2	388	44,3	213	24,3	160	18,3
m) Compromisso político e social	23	2,6	17	1,9	133	15,3	308	35,3	193	22,1	198	22,7
n) Objetividade	2	0,2	1	0,1	14	1,6	128	14,5	219	24,8	518	58,7
o) Empenho em causas comuns	7	0,8	5	0,6	62	7,0	265	30,1	227	25,8	315	35,8
p) Reconhecimento por outros/as jornalistas	44	5,0	42	4,8	220	24,9	318	36,1	142	16,1	116	13,2

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n = a - 881; b - 879; c - 878; d - 880; e - 879; f - 882; g - 881; h - 879; i - 880; j - 876; k - 881; l - 875; m - 872; n - 882; o - 881; p - 882)

O compromisso dos profissionais com causas políticas ou sociais, bem como a experiência e o reconhecimento pelos seus pares aparentam ser qualidades dos jornalistas menos valorizadas pela generalidade dos inquiridos: apenas 44,8%, 42,6% e 29,3%, respetivamente, encontram “bastante” ou relevância “fundamental” nestas diferentes características.

Já a “boa aparência física” é encarada por 59,8% dos inquiridos como um atributo “irrelevante”, “bastante irrelevante” ou “totalmente irrelevante” para definir um bom jornalista (ver Figura 15). Aliás, neste conjunto de qualidades, o critério da aparência é o único que assume uma pontuação média abaixo do ponto central (média: 3,06; DP: 1,542).

Figura 15 - Representação percentual da soma das respostas que atribuem algum nível de relevância e das que atribuem algum nível de irrelevância a qualidades que definem um bom jornalista (%)



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n mín. = 872; n máx.= 882)

6.1 - Identificação de fatores determinantes de um jornalismo livre e crítico

O inquérito procurou também compreender quais os desafios e os entraves que, no entender dos estudantes, se colocam à independência e à autonomia da profissão. Para o efeito, os alunos voltaram a ser confrontados com um conjunto de frases perante as quais deveriam indicar o seu nível de concordância.

A partir dos resultados apresentados na Tabela 15 e Figura 16, sublinhe-se o facto de, ainda que com expressões variáveis, em todos os casos, a maioria dos respondentes demonstrar algum tipo de apoio à possibilidade de esses elementos obstruírem o livre exercício da atividade jornalística. De forma geral, poder-se-á concluir que, a par da intervenção da heterorregulação e dos desafios suscitados pela emergência das redes sociais e de novos canais digitais, é sobretudo nos aspetos relacionados com a propriedade e o financiamento dos *media* que os inquiridos veem as principais ameaças a um jornalismo livre.

Tabela 15 – Nível de concordância dos inquiridos com concepções que refletem possíveis obstáculos a um jornalismo livre e crítico

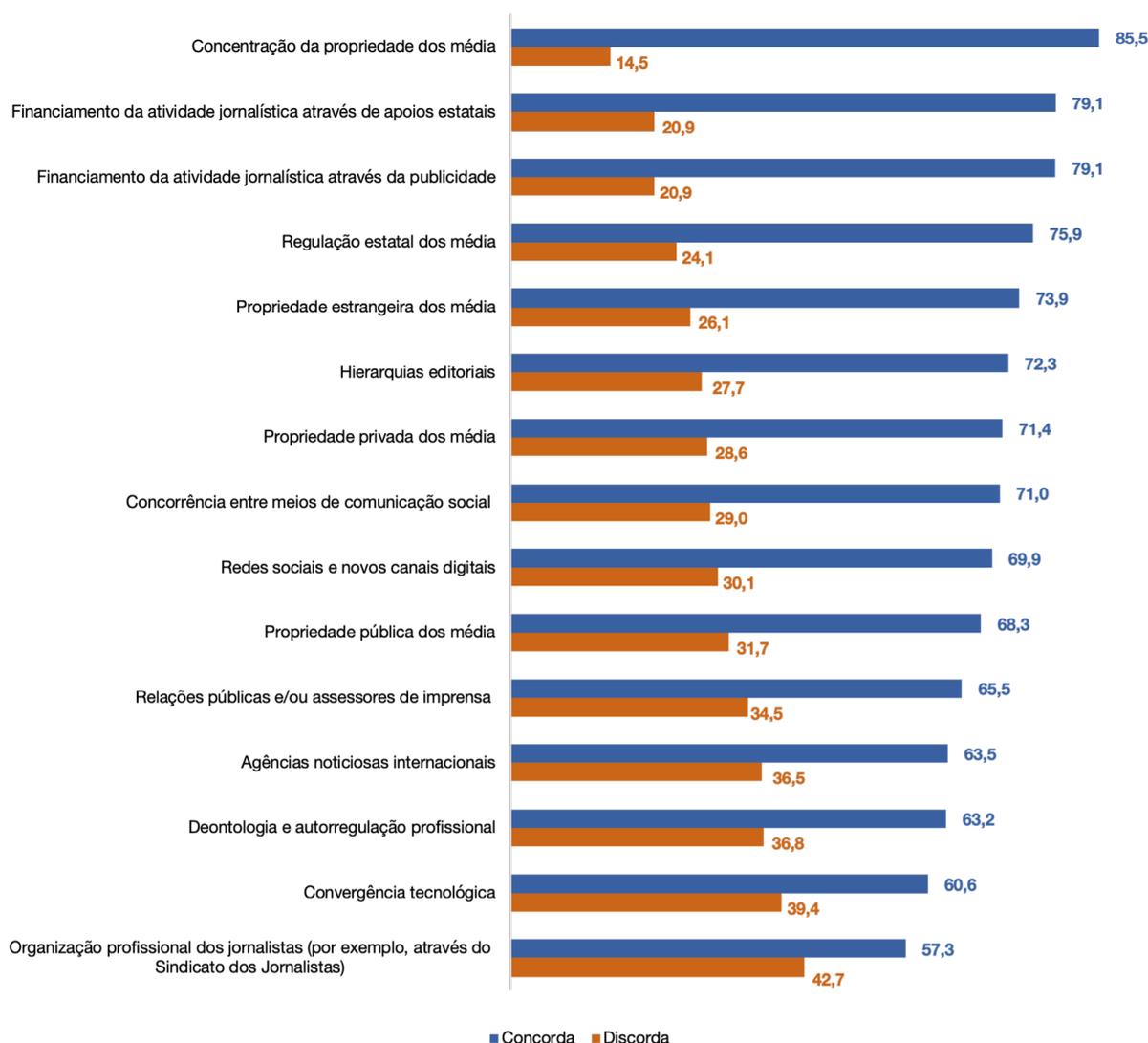
	Discordo totalmente		Discordo bastante		Discordo		Concordo		Concordo bastante		Concordo totalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
a) Concentração da propriedade dos média	18	2,1	10	1,2	97	11,3	453	52,6	128	14,9	155	18,0
b) Propriedade estrangeira dos média	21	2,4	17	2,0	186	21,7	431	50,2	114	13,3	89	10,4
c) Financiamento da atividade jornalística através da publicidade	19	2,2	20	2,3	140	16,3	357	41,7	177	20,7	144	16,8
d) Financiamento da atividade jornalística através de apoios estatais	20	2,3	19	2,2	140	16,3	383	44,6	161	18,8	135	15,7
e) Regulação estatal dos média	29	3,4	28	3,3	148	17,4	370	43,5	141	16,6	134	15,8
f) Deontologia e autorregulação profissional	81	9,5	53	6,2	179	21,0	339	39,8	104	12,2	95	11,2
g) Propriedade privada dos média	26	3,1	29	3,4	188	22,1	384	45,1	121	14,2	103	12,1
h) Propriedade pública dos média	28	3,3	42	4,9	199	23,4	375	44,2	123	14,5	82	9,7
i) Hierarquias editoriais	22	2,6	25	3,0	188	22,2	359	42,4	152	17,9	101	11,9
j) Agências noticiosas internacionais	42	4,9	39	4,6	230	27,0	339	39,8	117	13,7	85	10,0
k) Redes sociais e novos canais digitais	44	5,2	44	5,2	168	19,7	273	32,1	162	19,0	160	18,8
l) Organização profissional dos jornalistas (por exemplo, através do Sindicato dos Jornalistas)	87	10,2	63	7,4	213	25,0	283	33,3	105	12,3	100	11,8
m) Relações públicas e/ou assessores de imprensa	38	4,5	56	6,6	199	23,4	325	38,2	126	14,8	106	12,5
n) Convergência tecnológica	54	6,4	68	8,0	212	25	278	32,8	123	14,5	113	13,3
o) Concorrência entre meios de comunicação social	46	5,4	38	4,5	163	19,1	325	38,1	139	16,3	142	16,6

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= a - 861; b - 858; c - 857; d - 858; e - 850; f - 851; g - 851; h - 849; i - 847; j - 852; k - 851; l - 851; m - 850; n - 848; o - 853)

Com efeito, 37,8% dos que responderam a estas questões concordam bastante ou totalmente com a afirmação de que as “redes sociais e os novos canais digitais” constituem uma obstrução ao exercício livre e crítico da atividade. Ao mesmo tempo, se considerarmos apenas a soma das respostas que expressam algum nível de concordância com as considerações apresentadas (ver Figura 16), verifica-se que 85,5% dos inquiridos referem “concordar”, “concordar bastante” ou “concordar totalmente” com a ideia de a “concentração da propriedade dos *media*” refletir um obstáculo a um jornalismo livre e crítico. Um total de 79,1% dos respondentes possuem a mesma perceção relativamente às fontes de financiamento da atividade jornalística, tanto por via da publicidade, como através de apoios estatais.

Ao contrário, como elementos considerados menos problemáticos à autonomia do jornalismo encontram-se as referências à organização, à deontologia e autorregulação profissionais, ou ainda à convergência tecnológica. A propósito, 42,7% dos inquiridos discordam, de alguma forma, que a organização dos jornalistas represente um obstáculo à atividade de jornalista (ver Figura 16).

Figura 16 - Representação percentual da soma das respostas que compreendem algum nível de concordância e das que compreendem algum nível de discordância com concepções que refletem possíveis obstáculos a um jornalismo livre e crítico (%)



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n mín. = 861; n máx.= 848)

Tomando como referência os critérios da pergunta anterior, questionou-se os estudantes sobre o seu nível de concordância com a possibilidade de esses mesmos elementos se configurarem, desta vez, como fatores de promoção de um jornalismo livre e crítico. Como é possível constatar na Tabela 16 e na Figura 17, em todos os casos a maioria dos respondentes demonstra algum nível de concordância com as hipóteses sugeridas como promotoras de uma atividade jornalística livre e crítica. Corroborando a generalidade das tendências da tabela anterior, verifica-se que os aspetos subjacentes à organização profissional, à convergência tecnológica e à deontologia e autorregulação profissional tendem a ser privilegiados pelos inquiridos como estímulos de um jornalismo de qualidade. Os temas relacionados com a ética profissional merecem a concordância total de 20,8% dos inquiridos. A estes elementos, junta-se o impacto das redes sociais e dos novos canais digitais, cujo papel na promoção de um jornalismo livre e crítico tem “bastante” ou “total” acolhimento junto de 40,3% dos inquiridos.

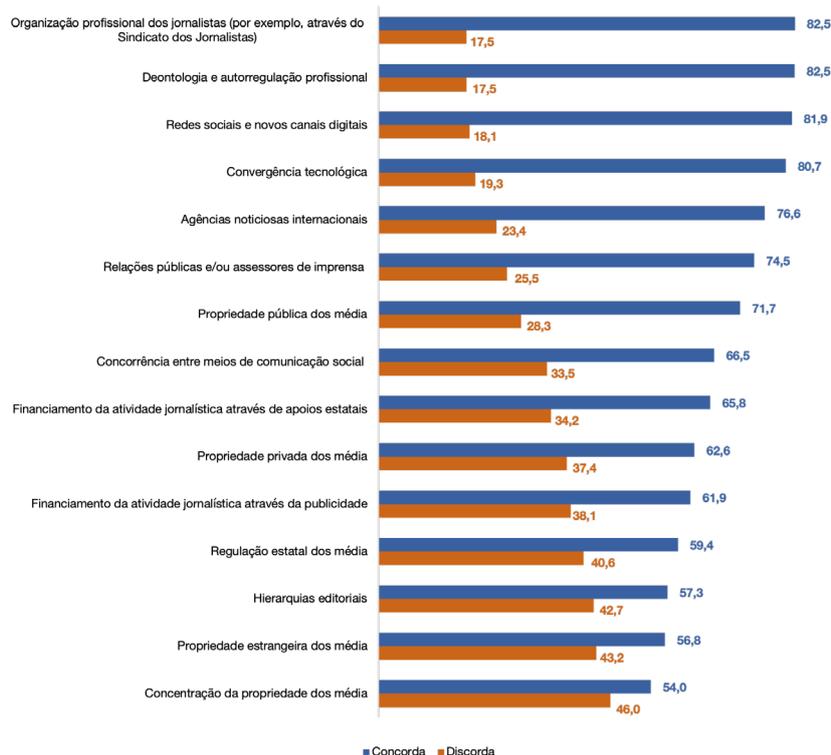
Tabela 16 – Nível de concordância dos inquiridos com concepções que refletem possíveis fatores de promoção de um jornalismo livre e crítico

	Discordo totalmente		Discordo bastante		Discordo		Concordo		Concordo bastante		Concordo totalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
a) Concentração da propriedade dos média	91	11,2	54	6,6	229	28,2	308	37,9	64	7,9	67	8,2
b) Propriedade estrangeira dos média	54	6,6	53	6,5	245	30,1	345	42,3	58	7,1	60	7,4
c) Financiamento da atividade jornalística	54	6,7	63	7,8	192	23,7	327	40,4	89	11,0	85	10,5
d) Financiamento da atividade jornalística	40	4,9	58	7,2	179	22,1	355	43,9	86	10,6	91	11,2
e) Regulação estatal dos média	63	7,8	55	6,8	210	26,0	324	40,1	83	10,3	72	8,9
f) Deontologia e autorregulação profissional	13	1,6	15	1,9	112	14,0	359	44,9	135	16,9	166	20,8
g) Propriedade privada dos média	41	5,1	30	3,7	229	28,5	350	43,6	85	10,6	68	8,5
h) Propriedade pública dos média	23	2,9	28	3,5	176	21,9	390	48,6	107	13,3	78	9,7
i) Hierarquias editoriais	38	4,8	55	6,9	246	31,0	311	39,2	77	9,7	67	8,4
j) Agências noticiosas internacionais	21	2,6	26	3,3	140	17,5	417	52,2	102	12,8	93	11,6
k) Redes sociais e novos canais digitais	28	3,5	25	3,1	92	11,5	334	41,6	160	20,0	163	20,3
l) Organização profissional dos jornalistas	9	1,1	24	3,0	107	13,3	355	44,3	145	18,1	162	20,2
m) Relações públicas e/ou assessores de	27	3,4	33	4,1	144	18,0	380	47,5	112	14,0	104	13,0
n) Convergência tecnológica	20	2,5	16	2,0	119	14,8	375	46,6	138	17,1	137	17,0
o) Concorrência entre meios de comunica-	39	4,9	49	6,1	181	22,5	321	39,9	105	13,1	109	13,6

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n = a - 813; b - 815; c - 810; d - 809; e - 807; f - 800; g - 803; h - 802; i - 794; j - 799; k - 802; l - 802; m - 800; n - 805; o - 804)

Em consonância com os dados apresentados anteriormente, a concentração da propriedade dos *media* reúne menor consenso quando a pergunta incide sobre os aspetos que mais estimulam a autonomia do jornalismo: 46,0% dos respondentes discordam de alguma forma de que a convergência da propriedade constitua um fator de promoção de um jornalismo livre e crítico. Já 43,2% encaram da mesma forma a propriedade estrangeira dos meios de comunicação social (ver Figura 17).

Figura 17 - Representação percentual da soma das respostas que compreendem algum nível de concordância e das que compreendem algum nível de discordância com concepções que refletem possíveis fatores de promoção de um jornalismo livre e crítico



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n mín. = 794; n máx. = 815)

Finalmente, como sugerem os dados da Tabela 17, é particularmente a partir da ideia de “serviço público” que os inquiridos representam o jornalismo: 21,9% dos que responderam a esta questão “concordam bastante” que esta concepção reflete um possível papel do jornalismo na sociedade e 45,9% “concordam totalmente” com essa perspetiva. O jornalismo entendido como um “meio de educação” e um “fórum de discussão pública”, granjeia algum nível de concordância entre os respondentes: 95,0% e 91,5% respetivamente. A dimensão relativamente consensual destas três formas de perceber as funções sociais dos jornalistas baixa significativamente quando a opção se trata de ver o jornalismo como um “produto comercial”. Ainda assim obtém algum tipo de acolhimento entre 57,4% dos respondentes.

Tabela 17 – Nível de concordância dos inquiridos com concepções que refletem possíveis papéis do jornalismo na sociedade

	Discordo totalmente		Discordo bastante		Discordo		Concordo		Concordo bastante		Concordo totalmente	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
a) Serviço público	1	0,1	2	0,2	19	2,2	251	29,7	185	21,9	388	45,9
b) Produto comercial	68	8,0	45	5,3	248	29,3	319	37,8	96	11,4	69	8,2
c) Meio de educação	5	0,6	3	0,4	34	4,0	275	32,5	264	31,2	265	31,3
d) Fórum de discussão pública	5	0,6	9	1,1	58	6,9	297	35,1	233	27,6	243	28,8
e) Garantia da ordem pública	20	2,4	22	2,6	163	19,4	349	41,5	162	19,3	125	14,9
f) Plataforma de ideias e pontos de vista	12	1,4	12	1,4	66	7,8	284	33,5	236	27,8	238	28,1
g) Agente político	37	4,4	29	3,4	200	23,6	310	36,6	141	16,6	130	15,3

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n = a - 846; b - 845; c - 846; d - 845; e - 841; f - 848; g - 847)

7- EXPECTATIVAS SOBRE O FUTURO PROFISSIONAL

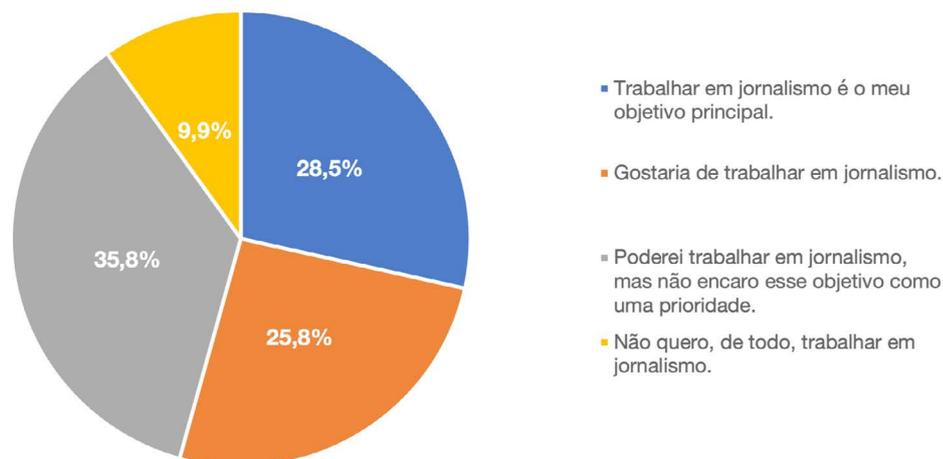
Os dados apresentados nesta secção procuram mapear as expectativas, aspirações e perspetivas dos estudantes de jornalismo e comunicação social sobre o seu futuro laboral e profissional. Estas perguntas relacionam-se com questões mais vastas, que se prendem com os desafios que confrontam a sustentabilidade dos projetos editoriais e a manutenção dos modelos de financiamento do jornalismo, assim como com as condições de trabalho dos jornalistas.

Antes de mais, interessará observar que a maior parte dos estudantes inquiridos ainda não teve um contacto direto com a atividade: do total da amostra, 553 respondentes (50,7%) dizem não ter qualquer experiência em jornalismo. Dezasseis inquiridos (1,8%) referem ser jornalistas com título profissional; 73 (6,7%) mencionam já ter realizado estágio(s) em um ou mais meios de comunicação social; 188 (17,2%) referem participar, ou já ter participado, na atividade de meios de comunicação universitários/estudantis; e 101 (9,3%) dizem colaborar, ou já ter colaborado, ocasionalmente, com um meio de comunicação social.

7.1 - O jornalismo como área profissional de realização

Embora alguns cursos incluídos neste estudo ofereçam planos curriculares mais centrados no jornalismo, e algumas licenciaturas e mestrados possuam troncos específicos virados para a produção de informação noticiosa, importará observar que as ofertas curriculares e as saídas profissionais sugeridas pelas diferentes formações estão longe de se circunscrever à atividade jornalística. Estes aspetos poderão contribuir para explicar o facto de apenas 28,5% dos inquiridos responderem que trabalhar em jornalismo constitui o seu objetivo principal (ver Figura 18). Ainda assim, é de referir que a franja dos que admitem não querer, de todo, trabalhar em jornalismo seja relativamente diminuta (9,9%).

Figura 18 - Respostas dos inquiridos à questão “Pretende trabalhar na área de jornalismo?”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n = 862)

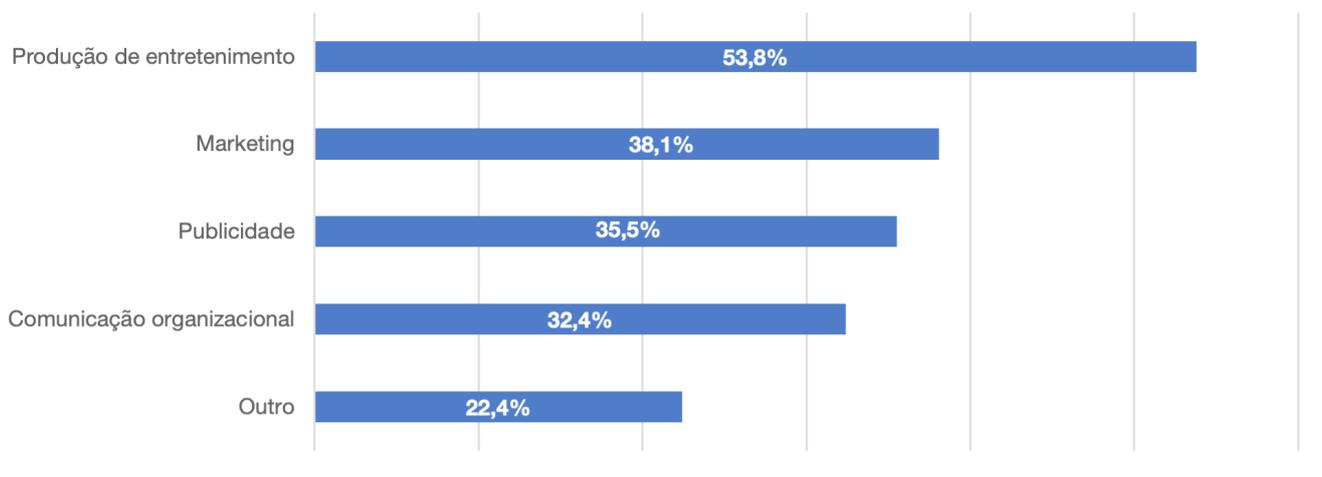
Entre as justificações dos 79 inquiridos que procuraram explicar porque não pretendem, de todo, trabalhar em jornalismo, encontram-se vários motivos relacionados com a falta de interesse, o sentimento de carência de aptidões, a ausência de identificação pessoal com a atividade profissional, ou ainda razões relativas ao facto de desejarem prosseguir outras áreas específicas da comunicação, que não o jornalismo. A par destas explicações, é também possível identificar considerações interligadas com as condições sociolaborais da atividade jornalística, argumentando, por exemplo, que:

- *estes profissionais “não ganham o suficiente para suportar uma vida boa nos dias de hoje em Portugal”;*
- *“o mercado de trabalho está demasiado lotado e estão a dar oportunidade a pessoas que nem têm qualquer tipo de formação na área”;*
- *é uma “profissão mal paga e com má reputação”;*
- *é uma “profissão muito limitada, torna-se uma obrigação e passam a noticiar o que está na agenda midiática sem de fato ter interesse em compreender a situação sobre a qual se escreve”;*
- *“precariedade do setor. Fraca abertura dos media portugueses a novas gerações. Desvalorização das capacidades dos trabalhadores”;*
- *“é um trabalho restritivo, com muitas horas de trabalho e ainda assim mal pago”;*
- *o “trabalho do jornalista, atualmente, é muito desvalorizado. Além disso, os próprios jornalistas têm cada vez menos brio nos produtos que apresentam. Não me vejo a produzir conteúdos de baixa qualidade, que tenham de ser sempre feitos em cima do joelho, sem tempo para reflexão crítica ou análise aprofundada”.*

Com base numa categorização das justificações encontradas nas respostas abertas, realizada posteriormente ao inquérito, é possível constatar que a falta de interesse ou falta de identificação com a atividade constitui a metade (50,0%) das razões enunciadas para a não prossecução da profissão de jornalista. Os motivos seguidamente mais evocados são a vontade de exercer uma profissão em outras áreas da comunicação (35,0%). Já 10,0% das justificações incluem preocupações com as condições sociolaborais do jornalismo português e 5,0% referem a falta de aptidões ou da responsabilidade considerada necessária para o desenvolvimento da atividade.

A heterogeneidade das possibilidades ou das perspetivas de futuro profissional dos estudantes das áreas de jornalismo e comunicação social encontra-se também refletida nos dados apresentados na Figura 19, admitindo mais de metade dos que responderam a esta questão a possibilidade de desenvolverem atividade profissional na produção de entretenimento.

Figura 19 - Respostas dos inquiridos à questão “Para além do jornalismo, que outras áreas profissionais pondera prosseguir?”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 868; questão de escolha múltipla – limite de três escolhas por respondente)

O conjunto de respostas dos 194 inquiridos que indicaram outros ofícios, para além do jornalismo, como possibilidade de exercício da sua atividade profissional é bastante heterogéneo. Incluem-se neste domínio, a título de exemplo, áreas como Assessoria, Relações Públicas, Comunicação Política, diferentes tipos de Produção (audiovisual, artística, ...), Relações Internacionais, Investigação ou Docência, Design, Moda, Representação, Desporto ou Medicina.

Foi ainda pedido aos alunos que, assumindo a possibilidade de serem jornalistas, indicassem os tipos de *media* em que mais gostariam de trabalhar. Para as respostas, foram sugeridas 16 opções pré-definidas e uma opção aberta – “outro” –, das quais os inquiridos podiam selecionar até três possibilidades. Como indicam os dados da Figura 20, os produtos televisivos, radiofónicos e escritos de âmbito nacional são o principal foco das escolhas dos inquiridos. Por seu turno, juntamente com projetos radiofónicos estrangeiros, são os *media* de âmbito regional/local que despertam menor interesse no conjunto da amostra. Considerando a sua relativa novidade e a sua implementação no contexto português, não deixa de ser interessante observar a expressão de respondentes que ambiciona desenvolver atividade profissional em podcasts (21,9%). Também à luz do interesse que as questões do ensino do empreendedorismo assumem nos domínios da investigação sobre o jornalismo e sobre os *media*, sublinha-se a franja de inquiridos que gostaria de trabalhar num projeto editorial criado por si (14,3%).

Figura 20 - Respostas dos inquiridos à questão “Desempenhando atividade no jornalismo, em que tipos de meios gostaria de trabalhar?”



Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= 868; questão de escolha múltipla – limite de três escolhas por respondente)

Ainda sobre os resultados apresentados na Figura 20, alerta-se para o facto de os dados referentes à resposta “Outro” terem que ser lidos com reserva, porquanto não representam outras tipologias de *media*. Com efeito, a análise às respostas abertas permite perceber que a seleção desta opção pressupõe a alusão quer a formatos temáticos específicos (ex.: jornalismo desportivo ou jornalismo de viagens), quer a segmentos da atividade profissional (ex.: fotojornalismo ou

jornalismo de investigação), quer ainda a outras áreas de atividade (ex.: assessoria de imprensa, design ou produção audiovisual).

7.2 - Perspetivas sobre o futuro no jornalismo

Por fim, os dados apresentados na Tabela 18 são sintomáticos de um quadro de expectativas relativamente pessimista dos estudantes de jornalismo e comunicação social no que se refere ao seu futuro laboral. Desde logo, sobre a entrada na atividade profissional, é paradigmático que 64,1% dos que responderam a esta questão apontem algum grau de improbabilidade na facilidade em encontrar o primeiro emprego na área do jornalismo. Esta perceção é mais vincada junto dos inquiridos que mencionam não querer, de todo, trabalhar em jornalismo: 77,6% encontram algum nível de improbabilidade no cenário. No entanto, as dúvidas sobre a facilidade em encontrar o primeiro emprego na área também são evidentes entre os respondentes que veem na atividade jornalística o seu objetivo principal (62,1%), os que gostariam de trabalhar em jornalismo (58,7%) e os que não encaram esse objetivo como uma prioridade (66,1%).

Tabela 18 – Grau de probabilidade atribuído pelos inquiridos a possíveis cenários profissionais e laborais

	Totalmente improvável		Muito improvável		Improvável		Provável		Muito provável		Totalmente provável	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
a) Facilidade em encontrar o primeiro emprego no jornalismo	66	7,7	171	20,0	310	36,3	275	32,2	27	3,2	4	0,5
b) Conseguir um contrato laboral estável na área do jornalismo	59	6,9	154	18,0	356	41,7	254	29,7	27	3,2	4	0,5
c) Ter um salário condizente com o estatuto e o tipo de tarefas desempenhadas	72	8,4	164	19,2	354	41,5	231	27,1	28	3,3	4	0,5
d) Possibilidade de progredir na carreira na área do jornalismo	22	2,6	43	5,0	128	15,0	476	55,7	139	16,3	46	5,4
e) Ter liberdade para desempenhar a atividade jornalística	22	2,6	55	6,4	206	24,2	446	52,3	96	11,3	28	3,3
f) Facilidade em criar o meu próprio projeto editorial, que seja financeiramente sustentável	103	12,1	195	22,9	318	37,3	196	23,0	27	3,2	13	1,5
g) Desenvolvendo atividade no jornalismo, ter tempo necessário para aprofundamento dos temas	41	4,8	80	9,4	227	26,7	407	47,9	74	8,7	21	2,5
h) Ter possibilidade de trabalhar num meio de comunicação social de referência	17	2,0	59	7,0	222	26,2	428	50,6	91	10,8	29	3,4
i) Ter possibilidade de trabalhar num meio de comunicação social de âmbito popular	23	2,7	53	6,3	179	21,2	472	55,9	91	10,8	26	3,1
j) Ter condições laborais para cumprir, de forma rigorosa, as normas ético-deontológicas do jornalismo	20	2,4	39	4,6	131	15,5	453	53,7	143	16,9	58	6,9
k) Desenvolvendo atividade no jornalismo, ter possibilidade de sair da redação para contactar presencialmente com as fontes ou locais dos eventos	14	1,7	24	2,8	108	12,8	457	54,0	162	19,1	81	9,6
l) Sendo jornalista, ter tempo para me realizar em outras atividades e interesses pessoais	33	3,9	54	6,4	174	20,6	411	48,6	120	14,2	54	6,4

Fonte: Inquérito “Perspetivas e Expectativas de Estudantes de Jornalismo e Comunicação Social” (n= a - 853; b - 854; c - 853; d - 854; e - 853; f - 852; g - 850; h - 846; i - 844; j - 844; k - 846; l - 846)

Também as expectativas sobre futuras condições laborais na área do jornalismo indiciam algum pessimismo. Veja-se que 66,6% dos respondentes a estas questões consideram de alguma forma improvável a possibilidade de conseguirem um contrato estável na área do jornalismo e 69,2% veem com algum nível de dúvida a possibilidade de terem um salário condizente com o estatuto e o tipo de tarefas desempenhadas. Novamente, é entre os que não ambicionam trabalhar em jornalismo que se evidenciam as posições mais negativas sobre estes dois cenários (respetivamente, 75,3% e 82,5%). Contudo, entre os que têm por objetivo central obter um emprego no jornalismo, a improbabilidade da facilidade em conseguirem um primeiro emprego e de conseguirem um contrato estável é também maioritária (respetivamente, 60,7% e 66,9%), assim como o é entre os que gostariam de trabalhar em jornalismo (respetivamente, 64,8% e 60,7%) ou entre os que, não encarando esse objetivo como uma prioridade, estariam disponíveis para trabalhar em jornalismo (respetivamente, 70,6% e 73,5%). É interessante notar que, no entanto, uma ampla margem de inquiridos (77,4%) encara com algum nível de probabilidade a possibilidade de se progredir na carreira, na área do jornalismo.

Num contexto de reordenação dos modos de produção do jornalismo, o autoemprego e o empreendedorismo são frequentemente apontados como alternativas à disrupção das tradicionais relações de trabalho, por conta de outrem, numa empresa de *media*. No entanto, também neste quadro, as perspetivas dos inquiridos não são animadoras: 72,3% dos respondentes a esta questão consideram “improvável”, “muito improvável” ou “totalmente improvável” uma situação futura de facilidade em criar um projeto editorial financeiramente sustentável.

As expectativas mais pessimistas relativamente às futuras condições laborais contrastam com as perspetivas mais positivas sobre o impacto dessas condições nas rotinas laborais e na conciliação entre o trabalho e outras dimensões da vida. Com efeito, num cenário de emprego, 59,1% dos inquiridos encontram algum nível de probabilidade em trabalharem com condições de tempo necessário para o

aprofundamento dos temas noticiados; 82,7% encaram da mesma forma a possibilidade de saírem da redação para irem aos locais dos acontecimentos e contactar presencialmente com as fontes; e 77,5% veem com os mesmos olhos uma situação onde terão condições laborais para cumprir, de forma rigorosa, as normas ético-deontológicas do jornalismo. Estas noções são corroboradas ainda pelo facto de 66,8% dos respondentes encararem com algum tipo de probabilidade que terão liberdade para desempenharem a atividade jornalística, e 69,1% considerarem o mesmo relativamente à possibilidade de, sendo jornalistas, terem tempo para se realizarem em outras atividades e interesses pessoais. Finalmente, é interessante observar a diferença, ainda que ténue, entre os 69,8% de inquiridos que julgam ser de alguma forma provável terem a possibilidade de virem a trabalhar num meio de comunicação social de âmbito popular e os 64,8% que consideram o mesmo relativamente a um meio de referência.

SÍNTESE DE TENDÊNCIAS E RESULTADOS

Os processos de transformação de que os *media* têm sido alvo nas últimas décadas refletem-se nos modos de produção de conteúdos informativos e na forma de entender o papel e o lugar do jornalismo na sociedade. Estas transformações têm também implicações no domínio da formação de jornalistas, exigindo uma reorientação ou, pelo menos, novas perspectivas sobre os modelos de formação dos seus profissionais. As respostas ao inquérito realizado aos estudantes de 38 cursos de licenciatura e de mestrado da área da comunicação e do jornalismo, no ano letivo de 2020-2021, refletem as tensões atualmente presentes, entre valores assumidos como matriciais da profissão e preocupações que reclamam novas práticas e novas formas de assegurar a sustentabilidade da informação jornalística. Em linha com o que Joaquim Fidalgo sublinha no prefácio deste estudo, uma expressão dessas tensões pode ser encontrada no paradoxo entre assinaláveis níveis motivacionais dos estudantes acerca da profissão jornalística e a moderação das expectativas sobre o seu próprio futuro no exercício do jornalismo.

A riqueza e diversidade das respostas dos estudantes ao inquérito justifica uma releitura dos resultados, de modo a colocar em evidência as informações e tendências mais significativas. Neste âmbito, mais que proceder a uma reflexão final ou uma discussão exaustiva da informação recolhida, este segmento final pretende sublinhar os resultados mais relevantes que poderão fornecer bases para novos estudos e abordagens sobre o tema.

Breve perfil dos estudantes

Os dados referentes à caracterização socio-gráfica e às origens escolares dos inquiridos sugerem um retrato próximo daquele que é possível encontrar em outros indicadores e estudos precedentes: um universo predominantemente jovem, eminentemente feminino e, sobretudo, oriundo da zona litoral de Portugal. Existem, no entanto, nestas secções específicas, outros resultados que poderão colaborar numa caracterização mais extensiva dos inquiridos, e que poderão encerrar pistas para estudos futuros.

Tendo em perspetiva o contributo para um mapeamento das origens sociais dos futuros profissionais do jornalismo, torna-se pertinente observar com maior atenção os dados sobre o nível de formação escolar e sobre a situação laboral dos familiares dos inquiridos. Se, por um lado, as respostas sugerem uma maioria de situações em que os progenitores desempenham atividade assalariada, por outro, destaca-se que mais de metade da amostra se caracteriza por casos em que ambos os progenitores não detêm um grau de ensino superior.

Outra componente interessante dos resultados compreende as áreas de formação de base dos estudantes de jornalismo e comunicação social, tendo também em conta o debate, dentro da profissão e na Academia, em torno das vantagens associadas a uma formação profissional multidisciplinar. Sem prejuízo de alguma diversidade de saberes – a título de exemplo, 15,2% dos inquiridos provêm das áreas das Ciências e Tecnologias e 5,9% das áreas das Ciências Económicas –, evidencia-se uma preponderância das Línguas e Humanidades enquanto domínio de formação dos inquiridos no Ensino Secundário (63,6% dos respondentes provêm destas áreas). Neste campo, será também relevante assinalar os 8,0% de inquiridos oriundos de cursos profissionalizantes.

Convicções fortes e uma moderação das expectativas

Os níveis motivacionais dos estudantes convivem, de uma forma algo paradoxal, nos

estudantes de jornalismo e comunicação social, com expectativas moderadas relativamente à sua futura integração na atividade profissional. Nisto, os estudantes partilham o ceticismo dos jornalistas a propósito do futuro da profissão, como revelam estudos mais recentes sobre o caso em Portugal (por exemplo, Camponez et al., 2020). Com efeito, verifica-se que entre as razões que menos motivam os estudantes inquiridos na sua escolha do jornalismo e da comunicação como área de formação superior estão as hipóteses de se tratar de um domínio de emprego fácil ou uma atividade bem remunerada. Em linha com estes resultados, a maioria dos inquiridos admite existir algum grau de improbabilidade em encontrar facilmente o primeiro emprego na área do jornalismo. O mesmo ocorre quando os alunos se referem à possibilidade de, mesmo conseguindo um trabalho em jornalismo, ter acesso a um contrato estável, usufruir de um salário condizente com o estatuto e o tipo de tarefas desempenhadas, ou, numa perspetiva mais empreendedora, facilmente criar o seu próprio projeto editorial, financeiramente sustentável.

Ainda assim, o reconhecimento das dificuldades inerentes ao ingresso na profissão não põe em causa as opções formativas dos estudantes inquiridos, que indiciam sinais de satisfação com as suas escolhas. A título de exemplo, note-se que é praticamente nula a expressão de respondentes que demonstra pretender abandonar a área de formação que frequenta. Também os motivos das candidaturas aos cursos de jornalismo e comunicação social sugerem sinais de motivação dos inquiridos, privilegiando aspetos como o interesse dos programas curriculares ou a procura de valorização pessoal e social enquanto fatores determinantes das escolhas formativas. Outro aspeto relevante refere-se ao facto de 90,3% dos inquiridos concordarem de alguma forma com o facto de querer seguir uma carreira na comunicação social ter sido um motivo da escolha desta área de formação, um valor que se situa nos 74,4% quando o motivo se trata da vontade de seguir uma carreira no campo específico do jornalismo. A diferença entre estas duas percentagens não pode ser desligada do fenómeno de amalgamação de domínios e de saídas profissionais que caracteriza os cursos

de jornalismo e comunicação social em Portugal.

Só uma minoria de inquiridos (9,9%) admite não querer, de todo, trabalhar em jornalismo, enquanto a maioria dos respondentes gostaria de trabalhar na área ou encara essa possibilidade como o seu objetivo principal. Neste quadro, a predileção dos estudantes inquiridos relativamente a eventuais locais de trabalho futuros indicia uma valorização dos meios de comunicação de âmbito nacional (em particular, a televisão e a rádio), em detrimento de *media* de expressão local ou regional.

A relevância de uma formação em jornalismo

As aspirações profissionais dos inquiridos poderão também constituir um fator explicativo do nível de pertinência atribuído às disciplinas que compõem os programas curriculares, onde, não obstante uma valorização transversal das diferentes áreas, se evidencia um relevo de domínios mais diretamente relacionados com o exercício da atividade, como Práticas de Jornalismo Televisivo ou Multimédia, ou Técnicas de Redação Jornalística.

De resto, o posicionamento dos inquiridos relativamente à relevância ou indispensabilidade da frequência do ensino superior para o exercício do jornalismo tende a ressaltar as vantagens associadas a uma formação específica na área. Com efeito, se 82,8% dos respondentes exprimem algum tipo de concordância com a ideia de que a formação superior nas áreas do jornalismo e/ou da comunicação social é essencial para o exercício da prática profissional, essa expressão diminui para 63,0% quando a premissa se alarga ao ensino superior no geral, independentemente do domínio de formação. Do mesmo modo, se 61,9% dos inquiridos demonstram algum nível de acordo com a noção de que apenas pessoas com formação superior nas áreas de jornalismo ou de comunicação social devem poder ter acesso à Carteira Profissional de Jornalista, essa percentagem desce para 37,4% quando se trata de restringir o acesso ao título profissional a pessoas com habilitações superiores, independentemente da área de formação. Este enten-

dimento da relevância de uma formação superior especializada possibilita diferentes leituras. Por um lado, estas posições poderão corresponder a uma efetiva valorização do domínio de saberes e de competências específicas, no sentido de responder às exigências particulares dos modos de produção e do exercício do jornalismo. Numa outra perspetiva, as respostas poderão igualmente refletir visões ou estratégias de fechamento profissional – um aspeto que não pode ser desligado de baixas expectativas sobre o acesso à profissão ou de conceções de um mercado de trabalho sobrelotado e hiperconcorrencial. No entanto, não deixa de ser surpreendente que apenas 19,6% dos inquiridos manifestem algum tipo de concordância com a ideia de o número de estudantes nos cursos de jornalismo e comunicação social, em Portugal, ser exagerado.

A função social do jornalismo e o papel dos jornalistas

Para diferentes linhas de investigação sobre as profissões, a formação superior constitui um eixo fundamental do processo de profissionalização, na medida em que se trata de um espaço que interage na definição e socialização dos valores e normas coletivas partilhadas dentro de um grupo socioprofissional. Conquanto se possa argumentar que a visão dos candidatos a jornalistas sobre o papel e funções dos *media* é moldada por outros fatores, o ensino do jornalismo tem um papel incontornável na formação ou, pelo menos, na consolidação das perceções e atitudes dos estudantes, modelando as práticas e os valores dos futuros jornalistas (Mellado et al., 2013).

As diferentes posições dos inquiridos indiciam conceções ou perceções algo contraditórias sobre o papel e o lugar do jornalismo na sociedade, ainda que revelem uma visão mais funcionalista ou institucional dos *media*, em detrimento de uma compreensão da informação jornalística como uma mercadoria. Exemplos deste nível de entendimento podem ser encontrados no facto de ser particularmente a partir de expressões como *serviço público*, *meio de educação* ou *fórum de discussão pública* que a maioria dos inquiridos procura re-

presentar os propósitos sociais do jornalismo. Esta visão encontra-se igualmente presente na forma como os estudantes representam o papel dos jornalistas na sociedade, relevando expressões como *comunicar informações emitidas pelas autoridades públicas, informar sobre os eventos políticos e as suas consequências ou informar os consumidores*. Neste quadro, não deixa de ser interessante observar que, ainda que numa expressão bastante mais reduzida, representações do jornalismo como um *produto comercial* ou como um *agente político* continuem a merecer a concordância da maioria dos inquiridos. O mesmo acontece com funções sociais dos jornalistas associadas a expressões como *corresponder às expectativas dos consumidores, entreter o público ou desafiar os poderes instituídos*.

Este quadro de perceções sobre o jornalismo não pode ser dissociado da valorização que os estudantes fazem das qualidades definidoras do que é ser um bom jornalista. Essas qualidades surgem no inquérito ligadas a capacidades narrativas, como a *precisão, o domínio da linguagem e da escrita*, e culturais, associadas ao *conhecimento geral*. A *boa aparência física* é vista como um critério mais irrelevante pela maioria dos inquiridos.

Hábitos de consumo de informação dos estudantes

A forma como os estudantes de jornalismo percebem e definem o serviço que a profissão presta à sociedade não pode também ser desligada dos seus hábitos de consumo de informação jornalística (Tandoc, 2014). Nas últimas décadas, o ecossistema dos *media* vem sendo abalado por transformações céleres e significativas, alterando as formas de consumir e experienciar a informação jornalística. O retrato que as repostas dos inquiridos oferecem sobre os seus padrões de consumo de notícias representa um dos traços mais significativos de uma alteração ou evolução do modo como os próprios estudantes de jornalismo e comunicação social contactam com as notícias e com a atualidade noticiosa.

Em conformidade com tendências mais abrangentes sobre o consumo de informação

jornalística em Portugal (Newman, 2021), os resultados deste inquérito sugerem uma dieta noticiosa dos estudantes de jornalismo e comunicação social sobretudo alicerçada em recursos online e televisivos. Sublinha-se, no entanto, o peso que as plataformas sociais assumem no contacto dos inquiridos com a atualidade noticiosa. Note-se, aliás, que, entre estas plataformas, assumem particular destaque o *Instagram*, o *YouTube* ou o *WhatsApp*, onde o consumo de notícias, em grande medida acidental, concorre com um amplo conjunto de outros usos. A preponderância deste tipo de canais no acesso a notícias, em detrimento da leitura de meios impressos, poderá ajudar a explicar o facto de ser uma minoria de inquiridos que admite habitualmente pagar por informação jornalística.

Este último indicador não deve, contudo, ser confundido com uma relativização da importância conferida a um consumo regular de informação jornalística. De resto, esta noção fica bem expressa no facto de ser residual a margem de inquiridos que discorda da ideia de os estudantes de jornalismo e comunicação social terem uma obrigação particular de acompanharem a atualidade noticiosa.

Futuras linhas de reflexão e pesquisa

Os resultados do inquérito evidenciam a pertinência de se realizarem estudos sistemáticos e sistematizados sobre os estudantes de jornalismo e comunicação social, como uma componente matricial do mapeamento dos fatores de transformação do contexto socio-profissional do jornalismo. Em particular, destaca-se a importância de traçar o perfil social destes estudantes, as suas representações e expectativas sobre o jornalismo, antes e depois da sua formação.

Não deixando de reconhecer diferentes limitações deste estudo, decorrentes, em grande medida, da dimensão e representatividade da sua amostra, crê-se que os resultados apresentados fornecem um contributo atualizado e extensivo sobre as representações e as expectativas dos estudantes de jornalismo e comunicação social sobre a sua formação e sobre o

seu futuro profissional. Por este prisma, estes resultados poderão também fundamentar uma reflexão e um debate mais aprofundado sobre os modelos e o futuro do ensino do jornalismo.

De modo mais particular, o entendimento da contradição entre a dimensão motivacional por parte dos estudantes que procuram uma formação na área do jornalismo e comunicação social e as suas baixas expectativas sobre o futuro do emprego e da sua situação salarial deve ser aprofundado. Futuros estudos sobre o tema devem procurar perceber este paradoxo e entender as suas consequências, nomeadamente na forma como motivações aparentemente elevadas associadas a baixas expectativas são geridas numa fase posterior à formação, com a entrada dos estudantes no mercado de trabalho.

O perfil destes estudantes e as condições económicas do setor não deixam de constituir um desafio para as próprias instituições de ensino superior. Como os resultados sugerem, a generalidade dos estudantes encontra nos programas curriculares um motivo para a procura dos cursos, ao mesmo tempo que revela não ter intenção de abandoná-los, o que poderá indiciar satisfação com a sua escolha. No entanto, face aos dados disponíveis acerca da crise no setor dos *media* e da comunicação, é importante que os estabelecimentos de ensino pensem perfis formativos adaptados, capazes de gerarem competências para enfrentarem os desafios colocados pelo novo ecossistema mediático e pela crise do jornalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aznar, H. (2005). *Comunicação responsável: A auto-regulação dos media* (2ª ed). Porto Editora.

Ball, A., Hanna, M., & Sanders, K. (2006). What British Journalism Students Think about Ethics and Journalism. *Journalism & Mass Communication Educator*, 61(1), 20–32. <https://doi.org/10.1177/107769580606100105>

Banda, F. (Ed.). (2013). *Model curricula for journalism education: A compendium of a new syllabi*. UNESCO.

Banning, S. A. (1999). The professionalization of journalism: A nineteenth-century beginning. *Journalism History*, 24(4), 157–163.

Bjørnsen, G., Hovden, J. F., & Ottosen, R. (2007). Journalists in the making. *Journalism Practice*, 1(3), 383–403. <https://doi.org/10.1080/17512780701505085>

Blaagaard, B. B. (2013). Shifting boundaries: Objectivity, citizen journalism and tomorrow's journalists. *Journalism*, 14(8), 1076–1090. <https://doi.org/10.1177/1464884912469081>

Bruns, A. (2018). *Gatewatching and news curation*. Peter Lang US. <https://doi.org/10.3726/b13293>

Camponez, C., Miranda, J., Fidalgo, J., Garcia, J. L., Matos, J., Oliveira, M., Martins, P., & Silva, P. A. da. (2020). *Estudo sobre os efeitos do estado de emergência no jornalismo no contexto da pandemia Covid-19. Relatório* [Relatório]. Sopcom. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/44291>

Cardoso, G., Baldi, V., Crespo, M., Pinto-Martinho, A., Pais, P. C., Paisana, M., & Couraceiro, P. (2019). *O que devem saber os jornalistas? Práticas e formação em Portugal* [Relatório]. OberCom - Observatório da Comunicação. https://obercom.pt/wp-content/uploads/2019/06/Jornalistas_2019_Final.pdf

Cascais, F. (2004). O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. *Comunicação e Sociedade*, 5, 85–93.

Cascais, F. (2008). Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas. *Media & Jornalismo*, 13, 55–77.

Coelho, P. (2013). Números e factos do ensino superior de Jornalismo em Portugal: De como o excesso de procura resultou em excesso de oferta. Em E. Moraes Júnior, L. V. B. Maluly, & D. de Oliveira (Eds.), *Antes da pauta: Linhas para pensar o ensino do jornalismo no século XXI* (pp. 80–102). Universidade de São Paulo.

Coelho, P. (2014). *A formação académica para o jornalismo do século XXI: sobre questões de prática e técnica Jornalismo e mercado—Os novos desafios colocados à formação* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. <https://run.unl.pt/handle/10362/12109>

Coelho, P. (2016). Aliança estratégica entre academia e jornalismo: Uma discussão em marcha no Labform. *Media & Jornalismo*, 16(28), 25–38.

- Coleman, R., Lee, J. Y., Yaschur, C., Meader, A. P., & McElroy, K. (2018). Why be a journalist? US students' motivations and role conceptions in the new age of journalism. *Journalism*, 19(6), 800–819. <https://doi.org/10.1177/1464884916683554>
- Correia, F., & Baptista, C. (2005). O ensino e a valorização profissional do Jornalismo em Portugal (1940/1974). *Revista de História e Teoria das Ideias*, 21, 233–256.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas, do ofício à profissão: Mudanças no jornalismo português: 1956-1968*. Caminho.
- Crespo, M., Azevedo, J., Sousa, J., Cardoso, G., & Paisana, M. (2017). *Jornalistas e condições laborais: Retrato de uma Profissão em Transformação* [Relatório]. OBERCOM. <https://obercom.pt/jornalistas-e-condicoes-laborais-retrato-de-uma-profissao-em-transformacao/>
- Curran, J. (2006). Foreword. Em H. de Burgh (Ed.), *Making journalists: Diverse models, global issues* (pp. xi–xv). Routledge.
- Delporte, C. (2016). A formação em jornalismo é útil/indispensável? Algumas lições do passado e do presente para preparar o futuro. *Mediapolis – Revista de Comunicação Jornalismo e Espaço Público*, 3, 3-25. https://doi.org/10.14195/2183-6019_3_1
- Deuze, M., & Witschge, T. (2020). *Beyond Journalism*. John Wiley & Sons.
- Engelke, K. M. (2019). Online Participatory Journalism: A Systematic Literature Review. *Media and Communication*, 7(4), 31–44. <https://doi.org/10.17645/mac.v7i4.2250>
- Folkerts, J. (2014). History of Journalism Education. *Journalism & Communication Monographs*, 16(4), 227–299. <https://doi.org/10.1177/1522637914541379>
- Garcia, J. L. (Ed.). (2009). *Estudos sobre os jornalistas portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. ICS - Imprensa de Ciências Sociais.
- Gaunt, P. (1992). *Making the newsmakers: International handbook on journalism training*. Greenwood Press.
- George, C. (2011). Beyond Professionalization: A Radical Broadening of Journalism Education. *Journalism & Mass Communication Educator*, 66(3), 257–267. <https://doi.org/10.1177/107769581106600306>
- Gollmitzer, M. (2019). Employment Conditions in Journalism. Em J. F. Nussbaum (Ed.), *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.805>
- Goodman, R. S. (2017). Introduction - Global journalism education: Accelerating forward, coasting, or losing ground? Em R. S. Goodman & E. Steyn (Eds.), *Global journalism education in the 21st century: Challenges & innovations* (pp. 1–13). Knight Center for Journalism in the Americas, University of Texas at Austin.
- Gradim, A., & Morais, R. (2017). Práticas laboratoriais no ensino do jornalismo: O caso do Urbi@Orbi e os desafios da convergência mediática. *Estudos de Jornalismo*, 2(6), 21–37.
- Hanna, M., & Sanders, K. (2012). Perceptions of the News Media's Societal Roles: How the Views of U.K. Journalism Students Changed during Their Education. *Journalism & Mass Communication Educator*, 67(2), 145–163. <https://doi.org/10.1177/1077695812441905>

- Hanusch, F., & Mellado, C. (2014). Journalism students' professional views in eight countries: The role of motivations, education, and gender. *International Journal of Communication*, 8, 1156–1173.
- Hanusch, F., Mellado, C., Boshoff, P., Humanes, M. L., de León, S., Pereira, F., Márquez Ramírez, M., Roses, S., Subervi, F., Wyss, V., & Yez, L. (2015). Journalism students' motivations and expectations of their work in comparative perspective. *Journalism & Mass Communication Educator*, 70(2), 141–160. <https://doi.org/10.1177/1077695814554295>
- Harcup, T. (2020). *What's the point of news?: A study in ethical journalism*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-39947-4>
- Hopmann, D. N., Elmelund-Præstekær, C., & Levinsen, K. (2010). Journalism students: Left-wing and politically motivated? *Journalism*, 11(6), 661–674. <https://doi.org/10.1177/1464884910379706>
- Humanes, M.-L., & Campos, S. (2014). College students' views about journalism education in Spain. *Comunicar*, 21(42), 181–188. <https://doi.org/10.3916/C42-2014-18>
- Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2015). *Cultura da conexão: Criando valor e significado por meio da mídia propagável*. Aleph.
- Joseph, B. (2019). Journalism Education. Em K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.), *The handbook of journalism studies* (2.^a ed., pp. 55–69). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315167497-4>
- Keane, J. (2013). *Democracy and media decadence*. Cambridge University Press.
- Khan, A. W. (2007). Foreword. Em UNESCO (Ed.), *Model curricula for journalism education* (pp. 4–5). UNESCO.
- Lee, A. (2019). Teachers of journalism. Em T. P. Vos, F. Hanusch, D. Dimitrakopoulou, M. Geertsema-Sligh, & A. Sehl (Eds.), *The international encyclopedia of journalism studies* (1.^a ed.). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118841570>
- Lopes, A. de S., Silvestre, C. M. V., & Mata, M. J. (2020). “O que é jornalismo?” - Percepções de estudantes de jornalismo no século XXI. *Media & Jornalismo*, 20, 205–220. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_11
- Marinho, S. (2008). A formação em jornalismo: Sinais e problemas de um debate latente. Em M. Pinto & S. Marinho (Eds.), *Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI*. Campo das Letras. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>
- Marinho, S. (2012). *Formação em jornalismo numa sociedade em mudança: Modelos, percepções e práticas na análise do caso português* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. <http://hdl.handle.net/1822/19819>
- Marinho, S., & Pinto, M. (2004). Práticas e atitudes face aos media dos estudantes de jornalismo: Um estudo de caso na Universidade do Minho. Em J. P. Sousa (Ed.), *Jornalismo de referência: Actas do I Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos* (pp. 405–411). Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Masip, P., Suau-Martínez, J., & Ruiz-Caballero, C. (2018). Questioning the selective exposure to news: Understanding the impact of social networks on political news consumption. *American Behavioral Scientist*, 62(3), 300–319. <https://doi.org/10.1177/0002764217708586>

Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: “Crise de crescimento” e notas programáticas. *Comunicação e Sociedade*, 5, 49. [https://doi.org/10.17231/comsoc.5\(2004\).1245](https://doi.org/10.17231/comsoc.5(2004).1245)

Pinto, M., & Marinho, S. (2009). The Portuguese journalism education landscape. Em G. Terzis (Ed.), *European Journalism Education* (pp. 301–318). Intellect Books.

Rafter, K. (Ed.). (2018). *Entrepreneurial journalism*. Routledge.

Rebelo, J. (Ed.). (2014). *As novas gerações de jornalistas em Portugal* (1ª ed). Editora Mundos Sociais.

Rebelo, J., Gomes, A., Cruz, J., & Bravo, M. (Eds.). (2011). *Ser jornalista em Portugal: Perfis sociológicos* (1ª ed). Gradiva.

Reese, S. D. (2020). *The crisis of the institutional press*. Polity Press.

Salaverría, R. (2019). Digital journalism: 25 years of research. Review article. *El profesional de la información (EPI)*, 28(1). <https://doi.org/10.3145/epi.2019.ene.01>

Sanders, K., Hanna, M., Berganza, M. R., & Sánchez Aranda, J. J. (2008). Becoming journalists: A comparison of the professional attitudes and values of British and Spanish journalism students. *European Journal of Communication*, 23(2), 133–152. <https://doi.org/10.1177/0267323108089219>

Schnell, C. (2016). Journalism and its professional challenges. Em M. Dent, I. L. Bourgeault, J.-L. Denis, & E. Kuhlmann (Eds.), *The routledge companion to the professions and professionalism*. Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/books/9781317699491>

Schudson, M. (2008). *Why democracies need an unlovable press*. Polity.

Siapera, E. (2018). *Understanding new media* (2nd edition). SAGE.

Sobreira, R. M. (2003). *Os jornalistas portugueses: 1933-1974: uma profissão em construção*. Livros Horizonte.

Sousa, J. P. (2006). Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI. Em X. López & R. Aneiros (Eds.), *Comunicación e cultura en Galicia e Portugal: Relatórios do III Congreso lugo-galego de estudos xornalísticos* (pp. 41–54). Consello da Cultura Galega.

Sousa, J. P. (2009). A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: Das primeiras menções ao primeiro curso de graduação. *Verso e Reverso*, 23(54), Article 54. <https://doi.org/10.4013/5767>

Splendore, S., & Brambilla, M. (2021). The hybrid journalism that we do not recognize (Anymore). *Journalism and Media*, 2(1), 51–61. <https://doi.org/10.3390/journalmedia2010004>

Splichal, S., & Sparks, C. (1994). *Journalists for the 21st century: Tendencies of professionalization among first-year students in 22 countries*. Ablex Publishing Corporation.

Tandoc, E. C. (2014). The Roles of the Game: The Influence of News Consumption Patterns on the Role Conceptions of Journalism Students. *Journalism & Mass Communication Educator*, 69(3), 256–270. <https://doi.org/10.1177/1077695813520314>

